



ANAI DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 039

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

SESSÃO 039	02
Lista de presenças.....	02
Expediente:	
Mensagens	03
Despacho da Procuradoria Geral ...	03
Requerimentos	04
Projetos de Lei	08
Pequeno Expediente:	
Dep. André Vargas	21
Dep. Neivo Beraldin	21
Dep. Elton Carlos Welter	22
Dep. Elza Correia.....	23
Dep. Pedro Ivo Ilkiv.....	25
Dep. Augustinho Zucchi	26
Grande Expediente	
Dep. Jocelito Canto.....	27
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT: Dep. Barbosa Neto.....	31
Liderança do PFL: Dep. Durval Amaral	33
Liderança do PT: Dep. Ângelo Vanhoni	35
Liderança do PSDB: Dep. Valdir Rossoni36	
Liderança do Governo: Dep. Delegado Bradock.....	40
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	41
Discussão / Votação	42
3ª Discussão	43
2ª Discussão	43
1ª Discussão	43
Discussão Única (Indicações) ...	46
Requerimentos	46
Ordem do Dia da próxima Sessão.....	
Publicações:49	
Atas de Comissões	49
Comissão de Constituição e Justiça.....	50
Comissão de Redação	
Coomissão de Ecologia e Meio Ambiente	50

039ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE MAIO DE 2005**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Cesar Seleme e Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (40). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, Mauro Moraes e Waldir Leite (04). Achando-se em viagem representativa os seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Ademir Bier, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Nishimori e Miltinho Pupio (10)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagem**

MENSAGEM Nº 017/2005

Curitiba, 03 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder doação, ao Município de Foz do Iguaçu, do lote nº 502, da quadra 14 - quadrante 10 - quadrícula 03, setor 08 da parte norte do Patrimônio Municipal, com área de 4.359,07 m, contendo edificação de 100,00m, matriculado sob nº 15.198, na 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca e, também, doação do lote nº 3 C-7, com área de 5.066,82m, resultante de subdivisão do Lote 3-C, parte norte do Patrimônio Municipal, contendo edificação com cerca de 2.500,00m, matriculado sob nº 15.197, na mesma Circunscrição Imobiliária.

O plano de lei em referência é consulta plenamente aos superiores da Administração e da Coletividade, eis que conforme expediente a mim dirigido pelo Sr. Prefeito de Foz do Iguaçu (Processo protocolado sob nº 8.444.519-3/2005), aquela municipalidade irá utilizar os imóveis a serem doados, às instalações de um grande Centro de Artesanato, com a finalidade primordial de geração de emprego e renda.

Vale destacar que no texto do diploma legal proposto constam dispositivos expressos de que os imóveis a serem doados ficarão gravados com cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade e de retorno ao patrimônio estadual, caso se comprove o desvirtuamento da utilização certa e estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação, ao Município de Foz do Iguaçu, do lote nº 502 da quadra 14, quadrante 10, quadrícula 03, setor 08 da parte norte do Patrimônio Municipal, em Foz do Iguaçu, com área de 4.359,07m e contendo edificação em alvenaria com 100,00m, sob a matrícula de nº 15.198 da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu e do lote nº 3 C-7, com área de 5.066,82m, resultante da subdivisão do lote 3-C, na parte norte do Patrimônio Municipal, em Foz do Iguaçu, contendo edificação em alvenaria de 2.500,00m, sob matrícula nº

15.197 da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Os imóveis referidos no artigo 1º deverão ser utilizados exclusivamente para fins de implantação de programas de geração de empregos e renda do Município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravados com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Despacho Procuradoria Geral

PARECER Nº 085/2005-PG

Ref. Consulta Projeto de Lei Complementar nº 485/2004

Senhor Presidente:

Esta Procuradoria, em atendimento ao despacho de V. Exa. acerca da Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Nereu Moura, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 485/2004 - Mensagem 37/2004, tem a se manifestar na forma que segue:

Referido projeto de lei, tramitou na forma legal e regimental, sendo aprovado com suas emendas e encaminhado à Redação Final.

Conforme consta da Ata do dia 03 de maio de 2005, a Redação Final recebeu 22 votos a favor e onze contra sendo, portanto, aprovado. Contudo o Deputado Valdir Rossoni questionou a necessidade de maioria absoluta para aprovação de projetos, de forma que, após uma breve suspensão de sessão, foi efetuada a leitura do artigo 69 da Constituição Estadual e 162 do Regimento Interno decidindo-se pela rejeição integral do projeto.

Esta rejeição ao projeto de lei complementar motivou a Questão de Ordem, suscitada pelo Deputado Nereu Moura, apresentada na Sessão do dia 04 de maio, conforme orientação da Mesa, que ora se encontra sob análise.

É o breve Relatório, sobre o qual passamos a nos manifestar.

Duas são as questões que emergem e sobre as quais direcionamos nosso raciocínio: em primeiro plano o questionamento sobre a exigência ou não de quórum qualificado para a aprovação da Redação Final e, posteriormente; a possibilidade de se rejeitar o Projeto todo durante a votação do texto final.

Sobre o quórum exigido, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 69, prevê:

“Art. 69 As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa.”

Esta disposição é repetida no artigo 162 do Regimento Interno:

“Art. 162 Os projetos de lei complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.”

O quórum qualificado (maioria absoluta) foi observado nas três discussões do projeto de lei complementar, sendo aprovado inclusive com suas emendas. Portanto, o procedimento legislativo foi rigorosamente seguido, com observância às exigências legais para aprovação do projeto. Pela aprovação do projeto entende-se aprovado o seu conteúdo, a substância da futura lei e que revela o seu espírito e a vontade do legislador.

Cumpra esclarecer que o Regimento Interno silencia sobre a questão do quórum mínimo, não exigindo quórum qualificado para aprovação da redação final. Prevê o Regimento Interno desta Casa sobre o tema que:

“Art. 147 Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas para a Comissão de Redação, após a elaboração na devida forma, será impresso e distribuído em avulso aos Deputados, entrando na Ordem do Dia, a fim de ser discutida, imediatamente, a redação final”.

“Art. 185 Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto”.

“Art. 186 Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagens, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.”

Se a lei não prevê a necessidade de quórum qualificado, entende-se que este fato não foi por ela considerado especial e relevante, que merecesse a distinção, razão pela qual a redação final pode ser apreciada pela maioria simples dos parlamentares, desde que haja o quórum para a realização da sessão.

Isto se torna mais evidente quando analisamos, a seguir, a segunda questão que estampa, ou seja: a possibilidade de rejeição de todo o projeto de lei durante a votação da redação final do projeto de lei definitivamente aprovado.

A redação final do projeto serve apenas ao propósito de corrigir deficiências gramaticais ou utilização de termos incorretos que impossibilitem ou tornem difícil a compreensão do texto, sem alterar a substância de que foi aprovado em Plenário, conforme se extrai dos artigos 147, 185 e 186 do Regimento Interno. É o que pode dizer de correção para melhor compreensão do espírito da lei aprovada. Nesse sentido emprestamos o ensinamento do jurista Andyara Klopstock Sproesser, a seguir transcrito;

“Essa subfase de redação final poderá até mesmo comportar uma nova redação, não mais sobre o conteúdo do projeto. A aprovação do projeto, em um único ou em dois turnos, torna imutável o seu conteúdo no Legislativo, de sorte que qualquer nova votação que se faça, dirá

respeito única e exclusivamente à forma redacional, **sem alteração de conteúdo.**”

...

“A redação final é a redação do finalmente **ven-** cido, vale dizer, do que **restou aprovado**. Essa redação deve exprimir, na forma e no conteúdo, o que foi efetivamente aprovado pelo Plenário da Casa Legislativa ao final de toda a fase de deliberação.” (grifos nossos)

(Processo Legislativo, Direito Parlamentar, Andyara Klopstock Sproesser, 2ª Ed. rev. São Paulo: ALEPSO/SGP, pág. 107 e 108).

Depreende-se, portanto, utilizando-se o raciocínio lógico do processo legislativo, que a redação final é feita após a aprovação do conteúdo do projeto, servindo apenas ao propósito de sanar “incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta”, como dispõe o Regimento Interno.

É defeso, durante a votação da redação final de um projeto de lei, alterar-lhe a substância, ou efetuar qualquer modificação em sua estrutura gramatical que possa dar-lhe entendimento diversos do pretendido pelo “espírito da lei”, cujo projeto fora anteriormente aprovada.

Portanto, o entendimento desta Procuradoria-Geral é que o Projeto de Lei Complementar nº 485/2004 não pode ser rejeitado integralmente durante a votação de sua redação final, podendo somente ser rejeitada a redação que lhe foi dada se o texto infringir o disposto no artigo 186 do Regimento Interno, alterando-lhe o conteúdo ou modificando o escopo final pretendido.

E assim sendo, como o projeto de lei complementar já tinha redação final, que foi aprovada por 22 votos a favor, resta ao Sr. Presidente decidir a Questão de Ordem pela aprovação da redação final, determinando alteração dos registros (Artigo 106 do Regimento Interno).

É nesse sentido que entendemos que poderá ser resolvida a Questão de Ordem, conforme disposto no Regimento Interno: “todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.” (Artigo 104, parágrafo 1º do Regimento Interno).

É o que tínhamos a manifestar.

Em 04 de maio de 2005.

(aa) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador-Geral

ERON ABOUD

Advogado

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos proje-

tos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 486/2004, que introduz alterações na Lei nº 13.212/2001-ICMS, tendo em vista da sanção do Projeto de Lei nº 457/2004, (Lei nº 14.578, de 22 de dezembro de 2004) que trata na mesma matéria.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) HREMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se no dia 09 deste, para realização de viagem a Foz do Iguaçu/PR, a fim de participar da COPA2005 da VI Assembléia Geral da Confederação Parlamentar das Américas.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a disponibilização de duas diárias, bem como de passagens de ida e volta para Brasília, onde acompanhará Prefeitos dos Campos Gerais em audiência com os Ministros da Agricultura, Planejamento e Turismo.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização para se deslocar a Brasília, no período de 10, 11 e 12 do mês de maio, atendendo convite da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal.

Outrossim, solicito, também, seja autorizado o deslocamento do funcionário do Gabinete Parlamentar, Osni de Souza Calixto.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER seja dado autorização desta

Casa de Leis para ausentar-se em função de viagem a Brasília - DF, para tratamento de assuntos de interesse desta Casa.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) DELAGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária, do próximo dia 07 de junho, para pronunciamento da Defesa Corporativa do SINDIJOR/PR, em defesa da aprovação do recurso ingressado pela FENAJ no Tribunal Regional Federal - 3ª Região.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1257

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar a família do militante petista Benedito Teodoro Pedroso, de Londrina, pelo seu falecimento ocorrido nesta data. Nascido em 08 de setembro de 1941, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 25 de novembro de 1981 e desde então, muito contribuiu para o crescimento e o fortalecimento do Partido naquele Município.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua José Mário Romanoli, 1330 - Conjunto Habitacional Jerônimo Nogueira - Londrina-PR, CEP: 86.083-000.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS.

REQUERIMENTO Nº 1261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dionízio Favoni, ocorrido em 06 de maio de 2005, em Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Favoni era um dos mais antigos moradores de Santa Isabel do Ivaí, para onde se mudou no final dos anos 50.

Trabalhou no ramo de comércio de café, jogou futebol no time principal da cidade, quando recebeu o apelido de "Trombador", dada a sua posição defensiva e foi funcionário da Prefeitura Municipal. Chefe de família conceituada e dado ao seu espírito aberto, franco, alegre e esportista, era merecedor da simpatia e do respeito de

todos os que tiveram o prazer de participar do seu convívio.

Que esta decisão desta colenda Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através da Câmara Municipal de Vereadores e à Prefeitura daquele Município.

REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações aos estudantes da Universidade Estadual de Londrina, Núbia Cibele Oliveira Tavares, Anay Cury e Diego Palmieri, pela retumbante vitória do Prêmio Mateus Afonso Medeiros de Direitos Humanos, com o tema “Mídia: Pessoas com Deficiência - Direito a Informação”.

É para nós, do Estado do Paraná e da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, motivo de muito orgulho, ver premiados trabalhos de jovens estudantes que, ainda na Faculdade, conseguem ter uma visão crítica de nossa sociedade e uma posição ética e humanista para perceberem a diferença entre os opostos.

Ainda na semana passada, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, fizemos uma cobrança à ANATEL, para que sejam reparados os direitos dos deficientes de visão em relação aos direitos de informação pelo serviço de auxílio à lista, assim como os analfabetos. Mas quantos são os outros problemas em que o portador de necessidades especiais não tem acesso à informação?

É, pois, gratificante por demais, quando jovens estudantes mostram essa preocupação em corrigir falhas de nossa sociedade de consumo tão absorva em competitividade individual, que torna o mundo menos humano.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Camilo Rorato.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, de moção de apoio e aplausos desta Casa Legis-

lativa, a Dom Luis Vincenzo Bernetti, novo Bispo de Apucarana, Estado do Paraná.

Fica registrada a homenagem de boas vindas e sucesso à sua nova missão religiosa - ser Bispo de Apucarana - ocorrida com a posse em 21.04.2005, onde foi transferido da Diocese de Palmas, Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que seja dado ciência desta decisão ao homenageado, à Rua Professor João Cândido Ferreira, 14 - Bairro 28 de Janeiro, Apucarana, Paraná, Brasil - CEP 86800-100.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial para o Município de Francisco Alves, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de Município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes. O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distantes de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 1260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de destinar uma viatura da Polícia Militar e uma viatura da Polícia Civil para o Município de Francisco Alves.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Esse requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para que libere uma viatura da Polícia Militar e uma Polícia Civil, em caráter emergencial, em face do recrudescimento dos índices de marginalidade, criminalidade junto ao Município de Francisco Alves. O atendimento desta solicitação visa trazer segurança e tranquilidade à comunidade da área urbana e rural de

Francisco Alves, podendo significar redução nos números de todo o tipo de delinquência e marginalidade. A marginalidade precisa ser enfrentada. Desafiada. Condenada. E isso urge. É clamor geral dos moradores que se encontram desamparados, intranquilos, inclusive vivendo permanentemente em clima de medo. E esse é um dever do Estado. Ele tem que garantir a inviolabilidade dessas famílias, do direito à vida, à segurança, à liberdade.

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, solicitando a pavimentação com pedras irregulares do trecho que liga o Km 610 ao Km 611, entre o trevo da COOPAVEL e o Auto Posto Quebra Galho, no Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, solicitando a pavimentação com pedras irregulares do trecho que liga o Distrito de Santa Maria a Vila União, aproximadamente seis quilômetros, no Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A execução desta obra é de suma importância para os moradores daquelas localidades, as quais são formadas, na sua maioria, por pequenos proprietários que necessitam deste caminho para o escoamento da produção agrícola e também para melhorar o atendimento prestado aos alunos, uma vez que ali é a rota do transporte escolar.

REQUERIMENTO Nº 1275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre a veracidade ou não de possível fechamento da Delegacia da Receita Estadual de Pato Branco, ou quais as alterações propostas pela referida Comissão de Estudos de Modernização das Unidades da Receita Estadual, tendo em vista a enorme preocupação da sociedade patobranquense e sudoestina com boatos que estão sendo divulgados a esse respeito.

Nesse sentido, se faz necessário um pronunciamento oficial por parte dessa Secretaria.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando documentos, para que as devidas providências sejam tomadas.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Renato Guimarães Adur, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano requerendo os estudos realizados para a construção de nova ferrovia ligando Curitiba a Paranaguá e ao Litoral do Estado.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O setor ferroviário está voltando a cumprir um importante papel no transporte de cargas e passageiros no Brasil. O Governo Federal tem mostrado disposição em ampliar a malha ferroviária que liga o Paraná e São Paulo com o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul e os Países do MERCOSUL e andinos, além de construir a Ferrovia Transnordestina e concluir a Norte-Sul.

A ferrovia que liga Curitiba a Paranaguá que representa um marco na história do transporte ferroviário no Brasil (e a sua construção é uma das grandes epopéias tecnológicas de sua época) continuará a ser um importante elo deste grande projeto nacional. No entanto, está ficando sobrecarregada, requerendo uma preocupação para com a sua futura expansão e mesmo para construção de uma nova linha com traçado alternativo.

A construção da nova ferrovia será uma imposição de necessidade imposta pela ampliação do corredor de exportação via Porto de Paranaguá, integrando o Paraná, o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, países do MERCOSUL e andinos.

Os problemas de construção, tanto pelos custos ambientais, quanto implicações tecnológicas e financeiras de tal empreendimento, requer estudos detalhados e amplo debate com a sociedade curitibana, da região metropolitana e do litoral do Estado do Paraná.

Isto posto, consideramos importante que a Assembleia Legislativa tomasse conhecimento dos estudos, das propostas e dos projetos já elaborados com âmbito oficial, para que possa cumprir a sua parte neste debate, como lhe confere as funções delegadas pela população paranaense.

Por isso, solicitamos ao estimado Sr. Secretário Renato Adur, que nos envie todos os estudos, planos e projetos em poder do Governo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, relativamente à Campanha do Desarmamento do Estado do Paraná, a prestação das seguintes informações:

1 - número total de armas arrecadadas desde a implantação do Programa do Desarmamento;

2 - Qual o número total de armas cujo pagamento foi efetivado?

3 - Quando foi efetivado o último pagamento por arma entregue?

4 - Qual o saldo das armas entregues cujo pagamento não foi efetivado e qual o motivo do não pagamento?

5 - Qual o procedimento adotado para efeito de se efetivar o pagamento pelas armas recebidas?

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, DURVAL AMARAL e JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, à Secretária de Estado da Administração e Previdência, Sra. Maria Marta Lunardon e ao Diretor-Presidente do PARANAPREVIDÊNCIA, Sr. José Maria de Paula Correia, seja informado a este Parlamento:

1 - todos os imóveis de propriedades do Poder Executivo transferidos ao PARANAPREVIDÊNCIA;

2 - a totalidade do patrimônio imobilizado no PARANAPREVIDÊNCIA;

3 - onde estão localizados esses imóveis, e quais as respectivas áreas;

4 - caso contenham edificações, qual a área edificada;

5 - existem imóveis locados? Em caso positivo, qual o valor da locação? É regular a situação dos aluguéis?

6 - Qual a situação dos demais imóveis no que respeita a eventuais cessões de uso?

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, DURVAL AMARAL e JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER as providências urgentes do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido

de formar uma força-tarefa com as polícias civil e militar para combater com maior rigidez os vandalismo que vêm se dando nas estações tudo e nos ônibus coletivos, antes de que aconteça algo de mais grave; e procederem barreiras nos pontos-chaves de Curitiba no sentido de combater e fazer a prisão dos elementos que vêm praticando assaltos contra veículos nos sinaleiros, roubando pertences e veículos.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 257/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam introduzidas alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, em relação à mandioca.

Art. 2º O lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de mandioca e seus produtos, inclusive farinha e fécula fica deferido para o momento em que ocorrer:

I - saída com destino:

a) a outro Estado;

b) ao exterior;

c) ao consumidor.

§ 1º. Pode o contribuinte optar pelo deferimento previsto neste artigo ou destacar o imposto podendo o destinatário creditar do imposto cobrado nas operações anteriores.

§ 2º. Poderá o estabelecimento beneficiador e industrializador da mandioca, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída dos produtos resultantes da mandioca, ainda que submetidos a outros processos industriais, opção essa que será declarada em termo no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo.

§ 3º Condiciona-se a que a operação de saída seja tributada ou não o sendo, haja expressa autorização para que o crédito seja mantido.

§ 4º Não se compreende na operação de saída referida no parágrafo 2º, aquela cujos produtos ou outros deles resultantes sejam objeto de posterior retorno, real ou simbólico.

Art. 3º Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com a mandioca e seus

produtos, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento). Convênio ICMS - 128/94, cláusula primeira).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A cultura da mandioca, no Paraná, vem aumentando de importância desde 1980, tendo alcançado a primeira posição nacional na safra 2000/2001. A área plantada foi de 21.000 hectares e a produção obtida chegou a 4.400.000 toneladas de raiz.

O Paraná se consagrou como maior produtor nacional, com participação de cerca de 18% (dezoito por cento) da produção, fundamentado basicamente porque o cultivo da mandioca é uma boa opção para os pequenos produtores na geração de renda e empregos e pela existência de grande número de indústrias, de modo especial as feculárias, que em sua maioria vieram transferidas do Estado de Santa Catarina.

Pelo fato de usar pouco mecanização, a cultura da mandioca apresenta uma elevada utilização de mão-de-obra no cultivo que em média chega a 0,2 homens por hectare. Considerando que a área ocupada na safra de 2000/2001, foi de 211.000 há, resulta em 42.200 empregos gerados ao longo do ano em nível de campo, e na agroindustrialização são gerados 5.000 empregos.

Desta forma, esperamos contar o entendimento e o devido apoioamento dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 258/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I **Das Disposições Gerais**

Art. 1º A Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público do Estado do Paraná assegurar à pessoa portadora de necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que decorrentes da

Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - necessidade especial - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerada normal para o ser humano;

II - necessidade especial permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo insuficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;

h) trabalho; e
V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Capítulo II Dos Princípios

Art. 5º A Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios:

I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de necessidades especiais no contexto sócio-econômico e cultural;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem os seus bem-estares pessoais, sociais e econômicos; e

III - respeito às pessoas portadoras de necessidades especiais, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Capítulo III Das Diretrizes

Art. 6º São diretrizes da Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais:

I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de necessidades especiais;

II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, e com organismos nacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;

III - incluir a pessoa portadora de necessidades especiais, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à segurança social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de necessidades especiais em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas e outros fóruns;

V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de necessidades especiais, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e

VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de necessidades especiais, sem o cunho assistencialista.

Capítulo IV Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos da Política Estadual para a Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais:

I - promover e proporcionar o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de necessidades especiais em todos os serviços oferecidos à comunidade;

II - articular a integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;

III - formar recursos humanos para atendimentos da pessoa portadora de necessidades especiais; e

IV - articular com entidades governamentais e não-governamentais em nível federal, estadual e municipal, visando à garantir efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

Capítulo V Dos Instrumentos

Art. 8º São instrumentos da Política Estadual para a Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais:

I - a articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidade quanto ao atendimento da pessoa portadora de necessidades especiais, no âmbito federal, estadual e municipal;

II - o fomento à formação e à reciclagem de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de necessidades especiais;

III - a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados; e

IV - a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de necessidades especiais.

Capítulo VI Dos Aspectos Institucionais

Art. 9º Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta deverão conferir no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos à pessoa portadora de necessidades especiais, visando à assegurar-lhe o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva inclusão social.

Art. 10. Na execução desta lei, a Administração Pública Estadual Direta e Indireta atuará de modo integrado e coordenado, seguindo planos e programas, com prazos e objetivos determinados, aprovados pelo Conse-

lho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - CONEDE.

Art. 11. O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - CONEDE - tem sua constituição, composição e funcionamento, previstos em lei estadual específica.

Parágrafo único. Na composição do CONEDE, a lei disporá sobre os critérios de escolha dos representantes a que se refere este artigo, observando, entre outros, a representatividade e a efetiva atuação, em nível estadual, relativamente à defesa dos direitos da pessoa portadora de necessidades especiais.

Art. 12. Poderão ser instituídas outras instâncias deliberativas pelos municípios, que integrarão juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - CONAD -, o CONEDE e Conselhos de outros estados.

Capítulo VII

Da Equiparação De Oportunidades

Art. 13º. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de necessidades especiais os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de necessidades especiais, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimento de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social.

Seção I

Da Saúde

Art. 14. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pela saúde devem dispensar aos assuntos objetos desta lei tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízos de outras, as seguintes medidas:

I - a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, a outras doenças crônico-degenerativas e a outras potencialmente incapacitantes;

II - o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito

e o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas;

III - a criação e estruturação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltados ao atendimento à saúde e à reabilitação da pessoa portadora de necessidades especiais, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

IV - a garantia de acesso da pessoa portadora de necessidades especiais aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

V - a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao portador de necessidades especiais, quando indicado;

VI - o desenvolvimento de programas de saúde voltados para a pessoa portadora de necessidades especiais, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a inclusão social; e

VII - o papel estratégico da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família na disseminação das práticas e estratégias de reabilitação baseada na comunidade.

§ 1º Para os efeitos desta lei, prevenção compreende as ações e medidas orientadas a evitar as causas das necessidades especiais que possam ocasionar incapacidade e às destinadas a evitar sua progressão ou derivação em outras incapacidades.

§ 2º A necessidade especial ou incapacidade deve ser diagnosticada e caracterizada por equipe multiprofissional de saúde, para fins de concessão de benefícios e serviços.

§ 3º As ações de promoção da qualidade de vida da pessoa portadora de necessidades especiais deverão também assegurar a igualdade de oportunidades no campo da saúde.

Art. 15. É beneficiária do processo de reabilitação a pessoa que apresenta necessidades especiais, qualquer que seja sua natureza, agente causal ou grau de severidade.

§ 1º Considera-se reabilitação o processo de duração limitada e com o objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa com necessidades especiais alcance o nível físico, mental ou social funcional ótimo, proporcionando-lhe os meios de modificar sua própria vida, podendo compreender medidas visando a compensar a perda de uma função ou limitação funcional e facilitar ajustes ou reajustes sociais.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, toda pessoa que apresente redução funcional devidamente diagnosticada por equipe multiprofissional terá direito a beneficiar-se dos processos de reabilitação necessários para corrigir ou modificar seu estado físico, mental ou sensorial, quando este constitua obstáculo para sua integração educativa, laboral e social.

Art. 16. Incluem-se na assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa portadora de necessidades especiais a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais.

Art. 17. Consideram-se ajudas técnicas para os efeitos desta lei, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de necessidades especiais, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Parágrafo único. São ajudas técnicas:

- I - próteses auditivas, visuais e físicas;
- II - órteses que favoreçam a adequação funcional;
- III - equipamentos e elementos necessários à terapia e à reabilitação da pessoa portadora de necessidades especiais;
- IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de necessidades especiais;
- V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoais necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de necessidades especiais;
- VI - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de necessidades especiais;
- VII - adaptações ambientais, arquitetônicas e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e
- VIII - bolsas coletoras para portadores de ostomia.

Art. 18. É considerada parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos que favoreçam a estabilidade clínica e funcional e auxiliem na limitação da incapacidade, na reeducação funcional e no controle das lesões que gerem incapacidades.

Art. 19. O tratamento e a orientação psicológica serão prestados durante as distantes fases do processo reabilitador, destinados a contribuir para que a pessoa portadora de necessidades especiais atinja o pleno desenvolvimento de sua personalidade.

Parágrafo único. O tratamento e os apoios psicológicos serão simultâneos aos tratamentos funcionais e, em todos os casos, serão concedidos desde a comprovação da deficiência ou do início de um processo patológico que possa originá-la.

Art. 20. Durante a reabilitação, será propiciada, se necessária, assistência em saúde mental com a finalidade de permitir que a pessoa submetida a esta prestação desenvolva o máximo suas capacidades.

Art. 21. Será fomentada a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, com periodicidade e abrangência adequadas, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de necessidades especiais e incapacidades.

Seção II **Do Acesso À Educação**

Art. 22. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto desta lei, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de necessidades especiais capaz de integrar na rede regular de ensino;

II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidades de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializada públicas ou privadas;

IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;

V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao aluno portador de necessidades especiais em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um mês; e

VI - o acesso de aluno portador de necessidades especiais aos benefícios conferidos aos demais alunos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educativas especiais, entre eles o portador de necessidades especiais.

§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processos flexíveis, dinâmicos e individualizados, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

§ 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir do zero ano.

§ 4º A educação especial contará com equipe interdisciplinar, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas.

§ 5º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - relativas à acessibilidade.

Art. 23. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino públicos ou privados do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno

que esteja integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Art. 24. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptação de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de necessidades especiais, inclusive tempo adicionais para realização das provas, conforme as características da necessidade especial.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para o ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior, conforme legislação vigente.

§ 2º A Secretaria de Educação, no âmbito da sua competência na conformidade com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação, expedirá instruções para os programas de educação superior que incluam nos seus currículos, conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de necessidades especiais.

Art. 25. O aluno portador de necessidades especiais matriculados ou egressos do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidade de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1º A educação profissional para a pessoa portadora de necessidades especiais será oferecida nos níveis básicos, médios, técnicos e tecnológicos em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

§ 2º As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão obrigatoriamente, oferecer cursos profissionalizantes de nível básico à pessoa portadora de necessidades especiais, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

§ 3º Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de necessidades especiais, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados à determinada profissão ocupada.

§ 4º Os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedido por instituições credenciadas pela Secretaria de Estado da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo território nacional.

Art. 26. As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de necessidades especiais, tais como:

I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores, e profissionais especializados; e

III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Seção III

Da Habilitação E Reabilitação Profissional

Art. 27º A pessoa portadora de necessidades especiais beneficiárias ou não do Regime de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

Art. 28. Entende-se por habilitação e reabilitação profissional orientado a possibilitar que a pessoa portadora de necessidades especiais, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária.

Art. 29. Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar dotados dos recursos necessários para atender toda pessoa portadora de necessidades especiais, independentemente da origem da sua, desde que possa ser preparada para trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectiva de obter, conservar e nele progredir.

Art. 30. A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa portadora de necessidades especiais, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:

I - educação escolar efetivamente recebida e por receber;

II - expectativas de promoção social;

III - possibilidades de emprego existentes em cada caso;

IV - motivações, atitudes e preferências profissionais; e

V - necessidades do mercado de trabalho.

Seção IV

Do Acesso Ao Trabalho

Art. 31. É finalidade primordial da política estadual de emprego a inserção e permanência da pessoa portadora de necessidades especiais no mercado de trabalho, no setor público e no privado, ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Parágrafo único. Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo

poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais conforme lei federal.

Art. 32. São modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de necessidades especiais:

I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para a sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

§ 1º As entidades beneficiadas de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos:

I - na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de necessidades especiais física, mental ou sensorial; e

II - na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de necessidades especiais em oficina protegida de produção terapêutica.

§ 1º. Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de necessidades especiais, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 2º Consideram-se apoios especiais à orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de necessidades especiais, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

§ 3º Considera-se oficina protegida de produção a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto portador de necessidades especiais, provendo-o com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal relativa.

§ 4º Considera-se oficina protegida terapêutica a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de ativida-

des de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

§ 5º A entidade que se utilizar o processo de colocação seletiva deverá promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem assim programas de reabilitação caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

Art. 33. As empresas instaladas ou que vierem a se instalar no Estado deverão, obrigatoriamente seguir os ditames estabelecidos pela legislação pertinente.

§ 1º Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais habilitadas àquela que concluiu curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 2º Considera-se, também, pessoa portadora de necessidades especiais habilitada aquela que não tendo se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função.

§ 3º A pessoa portadora de necessidades especiais habilitadas nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, poderá recorrer à intermediação de órgão integrante do sistema público de emprego, para fins de inclusão laboral na forma deste artigo.

Art. 34. Fica assegurado à pessoa portadora de necessidades especiais o direito de se inscrever em concurso público, processos seletivos ou quaisquer outros procedimentos de recrutamento de mão-de-obra, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo ou emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que é portador.

§ 1º O candidato portador de necessidades especiais, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 35. Não se aplica o disposto no artigo anterior nos casos de provimento de:

I - cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e

II - cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato, auferida em parecer emitido por equipe multiprofissional.

Art. 36. Os editais de concursos públicos deverão conter:

I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa portadora de necessidades especiais;

II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;

III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a necessidade especial do candidato; e

IV - exigência de apresentação, pelo candidato portador de necessidades especiais, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID -, bem como a provável causa da necessidade especial.

Art. 37. É vedado à autoridade competente obstar a inscrição de pessoa portadora de necessidades especiais em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

§ 1º No ato da inscrição, o candidato portador de necessidades especiais que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

§ 2º O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua necessidade especial, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 38. A pessoa portadora de necessidades especiais, resguardadas as condições especiais previstas nesta lei, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

I - ao conteúdo das provas;

II - à avaliação e aos critérios de aprovação;

III - ao horário e local de aplicação das provas; e

IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Art. 39. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo a primeira à pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e a segunda somente a pontuação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

Parágrafo único. A nomeação dos candidatos portadores de necessidades especiais aprovados far-se-á concomitantemente com os dos demais candidatos aprovados, observados a ordem de classificação das listas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 40. O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas de necessidades especiais em questão, sendo um deles médico e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

§ 1º A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:

I - as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;

II - a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;

III - a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;

IV - a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou meios que habitualmente utilize; e

V - a CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

§ 1º A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições dos cargos e a necessidade especial do candidato durante o estágio probatório.

Art. 41. Serão implementados programas de formação e qualificação voltados para a pessoa portadora de necessidades especiais no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional - PLANFOR - e Plano Estadual se o Estado o possuir.

Parágrafo único. Os programas de formação e qualificação profissional para pessoa portadora de necessidades especiais terão como objetivos:

I - criar condições que garantam a toda a pessoa portadora de necessidades especiais o direito a receber uma formação profissional adequada;

II - organizar os meios de formação necessários para qualificar a pessoa portadora de necessidades especiais para a inserção competitiva no mercado laboral; e

III - ampliar a formação e qualificação profissional, sob a base de educação geral para fomentar o desenvolvimento harmônico da pessoa portadora de necessidades especiais, assim como para satisfazer as exigências derivadas do progresso técnico, dos novos métodos de produção e da evolução social e econômica.

Seção V

Da Cultura, do Desporto, Turismo, Lazer e Comunicação Social

Art. 42. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo, pelo lazer e pela comunicação social, dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto desta lei, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - promover o acesso da pessoa portadora de necessidades especiais aos meios de comunicação social;

a) garantir o acesso de informações através das legendas e interpretação em Língua Brasileira de Sinais;

b) desenvolver programas/trabalhos nos meios de comunicação, visando esclarecimento das necessidades das pessoas portadoras de necessidades especiais;

c) implantar programas de impressão em Braille nos meios de comunicação escrita; e

d) criar um programa de informação pública específica para a pessoa portadora de necessidades especiais, destacando o seu potencial;

II - criar incentivos para o exercício de atividades, mediante:

a) participação da pessoa portadora de necessidades especiais em concursos de prêmios no campo das artes e das letras; e

b) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa portadora de necessidades especiais;

III - incentivar a prática desportiva formal e não-formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;

IV - estimular meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre a pessoa portadora de necessidades especiais e suas entidades representativas;

V - assegurar a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior;

VI - promover a inclusão de atividades desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior;

VII - apoiar e promover a publicação e o uso de guias de turismo com informações adequadas à pessoa portadora de deficiência, e as características próprias de cada área específica de necessidade especial; e

VIII - estimular a ampliação do turismo à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte.

Art. 43. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer, devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos desta lei.

Parágrafo único. Serão prioritariamente apoiadas as manifestações desportivas de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de:

I - desenvolvimento de recursos humanos especializados;

II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais;

III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação; e

IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer.

Capítulo VIII

Da Política de Capacitação de Profissionais Especializados

Art. 44. Os órgãos e as entidades da Administração Públicas Estaduais Diretas e Indiretas, responsáveis pela formação de recursos humanos, devem dispensar ao assunto objeto desta lei tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - formação e qualificação de professores de nível fundamental, médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;

II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de necessidades especiais; e

III - incentivo e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com pessoa portadora de necessidades especiais.

Capítulo IX

Da Acessibilidade na Administração Pública Estadual

Art. 45. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta adotarão providências para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitando a construção de novas barreiras.

Art. 46. Para os efeitos deste Capítulo, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificando-se em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados; e

c) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o

recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistema de comunicação, sejam ou não de massa;

III - pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida: a que tenha limitado sua capacidade de relacionar-se com o meio ambiente e de utilizá-lo;

IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico; e

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que se sua modificação ou traslado provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

Art. 47. A construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo por órgãos da Administração Pública Estadual deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I - nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamentos de uso público serão reservados dois por cento do total das vagas à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, garantidas no mínimo três, próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado segundo as normas ABNT;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade da pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com exterior, cumprirá os requisitos de acessibilidade;

IV - pelo menos um dos elevadores deverá ter a cabine, assim como sua porta de entrada, acessíveis para pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, em conformidade com norma técnica específica da ABNT; e

V - os efeitos disporão, pelo menos, de um banheiro acessível para cada gênero, distribuindo-se seus

equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Art. 48. As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de necessidade especial auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhe as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 49. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, no prazo de três anos a partir da publicação desta lei, deverão promover as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios e espaços de uso público e naquelas que estejam sob sua administração ou uso.

Capítulo X

Do Sistema Integrado de Informações

Art. 50. Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente o Sistema Estadual de Informações sobre Necessidades Especiais, com a finalidade de criar e manter base de dados, reunir e difundir informações sobre a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais e fomentar a pesquisa e o estudo de todos os aspectos que afetem a vida dessas pessoas.

Parágrafo único. Serão produzidas, periodicamente, estatísticas e informações, podendo esta atividade realizar-se conjuntamente com os censos nacionais, pesquisas nacionais, regionais e locais, em estreita colaboração com universidades, institutos de pesquisa e organizações para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Capítulo XI

Art. 51º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA

O preconceito e discriminação com pessoas portadoras de necessidades especiais são preocupante em nosso País. O Estado do Paraná não será o precursor deste projeto de lei, mas não poderá ficar atrás da cura contra a injustiça que se faz com pessoas que necessitam muito da nossa ajuda e compreensão.

O objetivo deste projeto de lei é fazer com que o Estado do Paraná tenha Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais que compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno

exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público do Estado do Paraná assegurar à pessoa portadora de necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, irá desenvolver uma ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de necessidades especiais no contexto sócio-econômico e cultural.

Estabelecer mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem os seu bem-estar pessoal, social e econômico.

E respeitará às pessoas portadoras de necessidades especiais, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar as condições de vida dos portadores de deficiências de necessidades especiais.

PROJETO DE LEI Nº 259/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná obrigado a destinar 1,5% (um e meio por cento) da cota-parte estadual do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para o Fundo Estadual de Cultura.

Parágrafo Único. Os valores a que se refere o *caput* do artigo serão utilizados exclusivamente em atividades de difusão cultural, excluídas as despesas com pessoal administrativo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

André Vargas.

JUSTIFICATIVA:

Na forma do artigo 190 da Constituição do Estado do Paraná, atualizada em 2001, a cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser esti-

mulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa. Ainda no Capítulo II da Educação, da Cultura e do Desporto, a Seção II da Cultura, o artigo 196 da mesma Constituição descreve "O orçamento estadual destinará recursos compatíveis com o desenvolvimento das atividades culturais e artísticas".

O Brasil, ao longo de sua história, nem sempre deu à nossa produção cultural o seu valor.

Em razão de um aparente histórico de descaso com a cultura-pátria, esta não tem encontrado, politicamente, espaços e mecanismos para o fomento e a preservação destas riquezas humanas, através das manifestações genuinamente brasileira e paranaense.

Um exemplo da insuficiência de recursos para produção e difusão cultural é o valor que o orçamento do Estado historicamente destina à Pasta da Cultura, valores muito abaixo de 1% (um por cento) do valor total do orçamento do Estado.

Esses valores são gastos, em sua quase totalidade, na administração da Secretaria de Estado da Cultura e órgãos vinculados.

Às ações diretas que poderiam viabilizar, não apenas a continuidade das ações e manifestações artísticas já existentes em todos os setores da área, mas as ações que promovam o reconhecimento, a manutenção e a transversalidade desta diversidade cultural, ínfimos valores são destinados.

Uma dotação orçamentária mínima para o setor seria de 1,5% da cota-parte estadual do ICMS para o fim específico previsto no corpo da lei, ou seja, além dos valores já destinados à Secretaria Estadual de Cultura.

Ressalte-se que esses valores não seriam usados para custear despesas administrativa e outras estruturas de comunicação vinculadas à Secretaria Estadual de Cultura.

Desta forma, historicamente, estaremos contribuindo para a verdadeira identidade do Paraná, bem como na possível criação de uma indústria socialmente inclusiva.

PROJETO DE LEI Nº 260/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* e acrescenta parágrafo único ao artigo 2º, da Lei nº 13400, de 26 de dezembro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de 60 (sessenta) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças no colo, será realizado através de senha numérica e oferta de, no mínimo, 15 (quinze) assentos com encosto.

Parágrafo único: O atendimento a todos os usuários bancários deverá ser realizado mediante o sistema de

uso de senha numérica, a qual deverá indicar, obrigatoriamente, a data do atendimento, bem como o horário de chegada do cliente na agência.”

Art. 2º Ficam alterados o *caput* e os incisos I e II do artigo 4º, da Lei nº 13400, de 26 de dezembro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. O não cumprimento dos dispositivos desta lei sujeitará o infrator a pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, aplicada mediante processo administrativo, revertendo para o fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, bem como a inclusão no cadastro de reclamações fundamentadas.

I – a multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha substituí-lo.

II – a inclusão no cadastro de reclamações fundamentadas e o processo administrativo de que trata o *caput* deverão seguir as normas previstas no Decreto 2181/97 e na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.”

Art. 3º Ficam revogados os incisos III e IV e parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 4º da Lei nº 13.400, de 26 de dezembro de 2001.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, atendendo a solicitação do Exmo. Sr. Algaci Túlio, Coordenador do PROCON/PR, durante a reunião da última quinta-feira, da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor.

Justifica, o nobre Coordenador, que para melhor aplicação da Lei nº 13.400, é necessária a alteração nos artigos 2º e 4º da referida lei, conforme afirma no ofício nº 105/05, entregue na proveitosa reunião da comissão:

“Trata o presente de solicitação de emenda à Lei 13.400 de 2001, a qual dispõe sobre a regulamentação do tempo de espera nos estabelecimentos bancários e supermercados, pelas razões que seguem:

Ainda que, repetidas pesquisas veiculadas pela mídia nacional revelem o fato notório de que as instituições bancárias e até mesmo as grandes redes de supermercados detêm os mais expressivos marcos de crescimento econômico do País sem que a crise que o assola venha também a atingi-los – antes, parece aco-dar-lhes a expansão do lucro – não vêm os mesmos, de seu turno, demonstrando preocupação em respeitar o direito do consumidor.

Em especial, a situação agrava-se em relação aos bancos, afinal basta adentrar qualquer agência bancária

para verificar que pequenas medidas já seriam suficientes para avançar significativamente na forma de prestação dos serviços bancários autorizados pelo Poder Público, poupando aos consumidores de um modo geral toda uma série de aborrecimentos e perda de tempo que o mau gerenciamento das agências lhes impõe.

Por um lado, causa espécie a formação de longas filas de usuários à espera de atendimento que, muito frequentemente, deve-se à falta de pessoal suficiente designado para presta-lo. É que é prática corriqueira, principalmente das instituições bancárias, o desvio de empregados para a execução de outras funções administrativas, desfalcando então a prestação do serviço de atendimento ao público do número suficiente de funcionários para torna-lo rápido e eficiente.

O resultado dessa prática foi, aliás, constatado no curso de inúmeras fiscalizações realizadas por esta Coordenadoria, no intuito de se verificar o cumprimento das disposições legais estabelecidas na Lei Estadual 13400/2001.

Outrossim, nem mesmo a boa idéia de instituir um guichê preferencial para o atendimento de consumidores cujo estado de saúde lhes dificulte longas esperas em pé, especialmente gestantes, deficientes e idosos, tem produzido os efeitos para a qual foi concebida.

É que, com não mais de um empregado destacado pelos referidos fornecedores para atendê-los o tempo de espera a que os mesmos são submetidos acaba por até eventualmente superar aquele que os mesmos são submetidos a que os demais usuários são obrigados a suportar.

Seria muito simples solucionar esta questão caso estivessem as instituições bancárias, financeiras e de crédito, bem como os supermercados imbuídos do espírito de respeito ao direito do consumidor. Enfim a Lei Estadual em questão, criou mecanismo para tentar coibir a prática abusiva e o desrespeito aos consumidores, obrigando os referidos fornecedores a “colocar à disposição dos seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável” (artigo 1º, *caput*, da Lei 13.400/01).

Já o artigo 1º, parágrafo 1º, especifica que atendimento em tempo razoável seria aquele realizado em prazo máximo de 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

Pois bem, comprovado que o desrespeito à mencionada Lei Estadual é reiterado, cabendo ao Órgão de Defesa do Consumidor fiscalizar e punir os infratores (art. 5º), destacamos aqui a justificativa para o urgente encaminhamento de proposta de emenda à Lei Estadual 13.400/01, **especificamente em seus artigos 2º e 4º**, incisos e parágrafos, uma vez que as regras e as sanções previstas nestes dispositivos, na forma como se encontram, inviabilizam uma eficaz proteção ao consumidor, “*in verbis*”:

“Art. 2º. O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de 60 (sessenta) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças no colo, será realizado através de senha numérica e oferta de, no mínimo, 15 (quinze) assentos com encosto.”

“Art. 4º - O não cumprimento desta lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades:

I – advertência por escrito;

II – multa de 1.000 (mil) unidades fiscais de referência;

III – multa de 5.000 (cinco mil) unidades fiscais de referência, até a quinta reincidência;

IV – a partir da sexta reincidência, multa de 10.000 (dez mil) unidades fiscais de referência e inclusão do infrator em cadastro público do PROCON-PR, a ser elaborado especificamente para punir a infringência da presente lei e divulgar, por todos os meios disponíveis, o descumprimento repetido da legislação.

§1º - Os estabelecimentos compreendidos nesta lei só sairão do “cadastro negro” mencionado no item IV após o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nos artigos antecedentes.

§2º - O Poder Executivo publicará o auto da infração, previsto no artigo anterior, no Diário Oficial do Estado, até o décimo dia do mês subsequente.”

Como se vê, a inclusão do nome do infrator em cadastro público do PROCON/PR somente ocorrerá após a aplicação da penalidade de advertência e depois da sexta reincidência, estabelecendo ainda que, o PROCON deverá criar um cadastro específico para tal finalidade.

Aspecto importante que se deve destacar, é em relação às dificuldades encontradas na realização de fiscalização para constatação do cumprimento das normas expressas na lei em debate. Ora, sem que seja obrigatório a utilização de senhas (com indicação do horário de chegada do cliente), ao menos nas agências bancárias, inviável a comprovação, senão em flagrante, do descumprimento à Lei 13.400/01.

Percebe-se, pois, a extrema importância e a urgência na alteração da Lei 13.400/01, senão vejamos:

O artigo 2º, como exposto atualmente, somente estabelece o atendimento através de senha numérica, no atendimento preferencial;

O artigo 4º na forma como se apresenta, exige que o infrator seja fiscalizado no mínimo sete vezes, para somente depois ocorrer a inclusão no “cadastro negro”, fato este que torna a sanção extremamente branda e até inviável;

A falta de obrigatoriedade do uso de senha com marcação do horário de chegada para todos os clientes, inviabiliza uma fiscalização eficaz;

exigir a pena de advertência, seis multas pecuniárias de valores ínfimos (levando-se em conta a condição

econômica do fornecedor), faz com que a intenção da lei não seja atingido, ensejando vantagem para a instituição infratora;

ademais, inviável aos Órgãos de Defesa dos Consumidores, instituírem “cadastro negro” diverso daquele já previsto na Lei 8.078/90 e no Decreto 2181/97.

Diante do exposto, solicitamos que esta Casa, acatando a sugestão apresentada, adote as medidas cabíveis para que se efetive a emenda dos artigos 2º e 4º da Lei 13.400/01, nos termos supra destacados.

ALGACI TÚLIO

Coordenador do PROCON/PR

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 261/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Casa Batel de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.2005.

(a) **MARCOS ISFER**

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa Batel de Cianorte é uma entidade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que promove o bem-estar do ser humano. Prima, especialmente, pela orientação educacional, familiar, social, psicológica profissional dos menores de idade.

Fundada em 25 de maio de 1997 e com sede na Rua Guararapes, nº 390 na cidade de Cianorte, a Associação tem como objetivos específicos: proporcionar momentos de lazer para crianças, conscientizar sobre a importância do meio ambiente, explorar no teatro a capacidade de expressão, estimular a interpretação de textos e desenvolver o interesse pela leitura. Visa, também, instalar uma escola profissionalizante de informática, priorizando a capacitação do aluno para sua entrada no mercado de trabalho, apresentar uma nova língua à criança (LIBRAS), com o intuito de aumentar a integração com portadores de necessidades especiais e contextualizar as mudanças econômicas, sociais e políticas com o mundo.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Início o meu pronunciamento no sentido de lamentar e no mesmo momento homenagear um histórico militante do Partido do Trabalhadores de Londrina, que faleceu hoje.

Benedito Teodoro Pedroso, filiado desde 81, um homem simples, anônimo, mas que na região Norte da nossa cidade, em toda a cidade nunca se furtou a lutar por democracia, por um novo momento para o país. Ontem, ainda, hora antes de dar o adeus a este mundo, lamentava pelo seu problema coronário, da doença de Chagas. Lamentava em não poder militar em 2006, dizendo que já partiria dali a alguns instantes. Militar em 2006 pela continuidade do nosso projeto de mudança.

“Seu” Benedito Pedroso vai com Deus, e receba do Partido dos Trabalhadores a mais relevante homenagem que é a homenagem daqueles que puderam usufruir do seu convívio.

Sr. Presidente, os estilos têm que se alterar ao longo do tempo. Tenho participado constantemente de algumas reuniões da área da cultura do nosso Estado e, esse segmento tem lamentado não só a ausência de investimentos do Governo do Estado, mas fundamentalmente da ausência de uma política cultural que leva em conta três pressupostos: primeiro, a cultura como política pública; segundo, uma política pública democraticamente discutida; terceiro, com recurso suficiente para dar conta desse importante setor.

Não tenho dúvida de que começar o debate da questão cultural pela questão dos recursos, não é a forma politicamente mais adequada, mas como eu disse, os estilos mudam.

O nosso Líder do Governo não está; mas, aqui está o Líder do PMDB, são os nossos companheiros do Partido dos Trabalhadores.

Vou mudar um pouco de estilo na apresentação dos dados, porque às vezes a eloquência é confundida com a oposição sistemática daqueles que não reconhecem no Governo, nenhuma qualidade. Reconheço que há qualidades no Governo.

Mas, mudou meu estilo no sentido de fazer uma sugestão ao Líder do Governo e à nossa base aliada. Porque nós não podemos transpor e nem transferir responsabilidades. Aqueles que estão na base aliada têm uma responsabilidade ainda maior, por isso que faço aqui uma sugestão. Que façamos conforme sugere o Governo Federal este ano, uma Conferência Estadual de Cultura, que formemos no Paraná um Conselho Estadual de Cultura, democraticamente eleito, para gerir os recursos da área e ao mesmo tempo propor equações orçamentárias que signifiquem aumento de receitas.

Temos, sim, um investimento insuficiente na área da cultura. Olhamos para as Prefeituras, independente de

partidos que as administrem, e também para os governos que fazem investimentos substanciais na área da cultura e da produção cultural. A cultura tem que ser vista de forma libertadora, política pública tem que envolver os usuários, o povo. Não pode ser vista, apenas de forma a ressaltar a promoção de eventos na área do teatro, da música, da dança. Mas, fundamentalmente a diversidade de expressões culturais que existem no Paraná. Quem olha para o Oeste, vê lá a cultura gauchesca já bastante trabalhada e identificada com o Paraná; no Norte, a cultura do “pé vermelho”, a forma como o nosso povo se expressa: no Sudoeste, igualmente temos condições de trabalhar de forma diversificada.

É preciso, portanto, que saíamos desta visão que hoje perdura e permanece na Secretaria Estadual de Cultura. É preciso que o segmento esteja articulado, que a democracia seja um valor, para que possa se expressar, enquanto demanda. Não só aqueles que produzem arte, que independentemente do nome da Secretaria e do partido político que ela ocupe, a discussão tem que transpor os governos, a cultura tem que liberar e fazer com que o paranaense seja um livre pensador. Não há debate sobre política cultural sem democracia, sem um conselho com caráter deliberativo. Se isto é sonhar demais, sonhar com que no Paraná a democracia seja um valor e o governador, seja ele quem for, ouça as vozes paranistas, as vozes paranaenses, seja do campo empresarial, do setor da saúde, mas falo hoje do segmento da cultura.

Portanto, Sr. Presidente, era isto, e sugerindo ao Líder do Governo, a toda a base aliada, que façamos um movimento para garantir conferências e conselhos democráticos e paritários, e fundamentalmente recursos para garantir ao povo do Paraná uma política cultural libertadora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos a honra de receber nesta Casa o Deputado Federal Haully, nosso companheiro de Partido.

Nossas saudações, nossas boas vindas.

Com a palavra, o Deputado José Domingos Scarpellini.

(Pausa)

Com a palavra, o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde para chamar a atenção dos senhores, porque há pouco tempo atrás a Comissão de Fiscalização e Controle fez várias audiências públicas com as Fundações COPEL, SANEPAR, EMATER, sobre a aplicação de dinheiro da Fundação - sobretudo a Fundação COPEL - do Banco Santos. Sabemos que é perto de

trezentos milhões de reais que a Fundação COPEL teria investido entre o Banco Santos e o Banco Panamericano.

Agora, na semana que passou o Banco Central decretou a intervenção do Banco Santos. Então, precisamos saber efetivamente, qual o prejuízo deixado para a Fundação COPEL sobre este tema. Sabemos que a Fundação COPEL tem um grande volume de recursos. Sabemos, também, que são 10.500 funcionários, da ativa e inativa, que dependem da Fundação COPEL. E sabemos também que existia um relatório da Kroll que indicava que o Banco Santos era um Banco de alto risco.

Encaminhamos um requerimento ao Governo do Estado sobre a questão da DM Construtora de Obras, sobre Foz do Chopim, quais foram os aditivos feitos, aonde o Estado participou. Enfim, estamos buscando informações para que a Comissão de Fiscalização e Controle possa cumprir o seu dever.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também nesses instantes que restam gostaria de cumprimentar a Prefeita de Campina Grande do Sul, a Nelise, pela grande festa do caqui, 28ª Festa do Caqui, que teve uma participação popular sem precedentes na história do Município de Campina Grande do Sul. Mais de duzentas mil pessoas lá estiveram, ontem à noite, com a presença dos cantores Chitãozinho e Xororó, teve mais de setenta mil pessoas, uma festa que não teve um arranhão sequer, não houve uma briga; houve uma coordenação maravilhosa da equipe da Prefeitura, os próprios Secretários da Prefeitura trabalhando diuturnamente para o bom andamento da festa, os Vereadores de Campina Grande do Sul congregando-se com o Executivo.

Parece que aquele Município está abençoado, porque há uma integração legislativa, executiva e judiciária, há uma integração popular, e quero, neste momento, deixar a minha saudação à Prefeita Nelise Dalprá, ao seu Vice, e a todos aqueles que fizeram com que a Festa do Caqui fosse um grande sucesso. E olha, Deputado Braddock, comemorar a produção é uma das coisas mais bonitas que este Brasil pode ter.

O que precisamos é comemorar exatamente a produção, porque a produção gera emprego, gera renda e gera a satisfação das pessoas, que não querem esmolas, o povo quer ter a oportunidade de trabalhar. E certamente a EMATER, junto com a Secretaria da Agricultura, e com o nosso Secretário Orlando Pessuti que esteve também na festa, vai prestigiar cada vez mais Campina Grande do Sul, para que produza ainda muito mais, e o Governador Requião, que estava na festa, saiu de lá maravilhado com o que viu. Portanto, meus cumprimentos e o meu abraço carinhoso a todos os produtores e todos aqueles que se empenharam de todas as maneiras para que essa 28ª Festa do Caqui fosse um sucesso extraordinário.

Um forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Deputado Elton Welter com a palavra.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na última sexta-feira fiz algumas visitas a setores que trabalham na questão da economia, indústrias da minha cidade. Eu já havia participado da ampliação da S. Vale que é em Palotina, da COPAGRIL em Marechal Cândido Rondon, participei de reuniões da FRIGOBRAS Sadia, e, coincidentemente hoje de manhã, vindo de Cascavel para cá, num vôo da Trip, sentou ao meu lado o Presidente da COPACOL, e ele dizia, entusiasmado: a COPACOL fica em Cafelândia. E foi isso que eu vi na sexta-feira visitando a empresa que se chama Fármaco, nome fantasia, mas é Prati Dona Dulce, fui também a uma indústria de confecção de roupas, era unânime a opinião, tanto desse líder cooperativista como das indústrias do setor privado da área de medicamentos e na área de fabricação de vestuário, de que a grande dificuldade deles é questão da falta de mão-de-obra.

Walter Pitol, da COPACOL, dizia que precisa buscar funcionários para a sua indústria em outras cidades, num raio de mais de cem quilômetros. Tem que terceirizar o serviço de transporte para buscar as pessoas. Isso não é diferente na C. Vale. O que está acontecendo?

A balança comercial batendo todos os recordes. A economia do país está em crescimento, tem suas crises, naturalmente. Mas o Brasil está dando certo. As coisas estão indo bem. O setor produtivo está contente. É um Governo que está agindo com segurança, aponta caminhos e aposta nos investimentos. Isso é mais empregos para os paranaenses. Mais renda para os trabalhadores.

Uma coisa maravilhosa também, os salários dos trabalhadores começaram a melhorar. Isso nos orgulha.

O Brasil, com essa política econômica, com toda crítica que é feita, onde sempre dizíamos que honrariamos todos os contratos assumidos nos governos anteriores. É o que estamos fazendo. Há um mês atrás não precisamos renovar com o FMI. Isso dá uma segurança, mostra que temos estabelecida, credibilidade.

Como Deputado do PT, como liderança do Oeste do Paraná que vê indústrias como a Sadia, uma das maiores do Paraná, cooperativas como a C.Vale, COPACOL, COPAGRIL, COPAVEL, FRIMESA, todas contratando pessoal, gerando empregos e renda neste Paraná, neste Brasil.

É fruto de uma política de venda dos nossos produtos a nível internacional e que tem orgulhado o Paraná e o Brasil.

Não sabia que estava acontecendo isso, essa falta de mão-de-obra, onde as empresas precisam buscar os trabalhadores longe da cidade de origem. Isso é sinal que está aumentando a oferta de emprego, melhorando a renda do trabalhador e a economia do país está estável.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna nesta tarde para deixar registrada a minha perplexidade com a falta de companheirismo e solidariedade.

Apresentei um projeto no ano passado, que não é um projeto que versa sobre questões relativas à orientação sexual. Mas um projeto que versava sobre a questão de cidadania e direitos humanos. Porque a Constituição Federal, embora conste no seu artigo 5º que todos somos iguais perante a lei, sabemos que isso não acontece na prática. Porque não somos iguais perante a lei.

Existe lei complementar da lei federal em relação à questão de raça, etnia já garantida. Existe questão em relação aos idosos, aos portadores de necessidades especiais, aos portadores de vírus do HIV, em defesa das crianças e adolescentes. Portanto, vários projetos federais garantindo os direitos humanos daqueles considerados iguais na sociedade. A única desigualdade que ainda não foi corrigida é em relação à questão de orientação sexual.

Ora, vivemos num país democrático onde todos, sem exceção, devem ter seu direito resguardado de cidadania e não é uma questão de religião, essa ou aquela religião, não é isso que estávamos discutindo, como saiu no jornal, hoje. Sem entrar no mérito da religião, diz o artigo, um projeto como esse que pune a discriminação teria que ser aprovado no mínimo para reforçar garantias constitucionais e não dá para deixar de refletir sobre a mensagem cristã de amor ao próximo e igualdade entre as pessoas.

Independente da orientação sexual que está nas mais diversas esferas da sociedade, os homossexuais são trabalhadores, contribuem com a mudança do país e pagam os seus impostos. Bom, não vou ficar fazendo a defesa de um projeto de que já foi engavetado, mas me reservo ao direito de dizer que, na minha avaliação, a Casa procedeu indevidamente em relação a esse projeto. Qual a diferença para qualquer Deputado ou Deputada votar contra ou a favor do projeto na presença do autor? Eu mesma, pedi varias vezes a retirada de projeto quando o autor não estava presente e o mínimo que podemos esperar é o direito de fazer a defesa do projeto, mesmo que votem contra, porque aí já não é uma questão minha, é uma responsabilidade de cada um. A liberdade do voto eu respeitaria até a morte, mas entendi e me senti ofendida da forma como aconteceu.

Esse projeto em questão havia sido incluído na Ordem do Dia 02 de dezembro de 2003. Os Deputados da Bancada Evangélica me solicitaram que retirasse por cinco sessões o projeto, nós retiramos por cinco sessões. No entanto, esse projeto voltou no dia

04.05.2005, um ano e seis meses depois, e eu pedindo insistentemente que voltasse à pauta, não fui atendida em nenhum momento.

Na semana passada, a Casa sabia que eu não estaria aqui na segunda, terça e quarta-feira, por incrível que pareça e não tão incrível assim, esse projeto foi colocado na Pauta numa Sessão Extraordinária na quarta-feira, como é de praxe aqui, e eu não estava para defendê-lo.

Quero agradecer e registrar o companheirismo e a solidariedade da companheira Luciana Rafagnin porque soube do seu esforço, Luciana, para que o requerimento apresentado pelo companheiro Dobrandino fosse aprovado, para que o projeto fosse retirado de Pauta, mais uma vez, para que eu pudesse estar aqui defendendo o projeto.

Muito obrigada pela sua dedicação e companheirismo.

Quero agradecer também a outros companheiros como Rafael Greca, o Padre Paulo, Dobrandino, Hermes Fonseca e Nereu Moura que votaram pela aprovação do requerimento para adiar, novamente, de pauta. Portanto, gostaria de dizer que esse projeto, da forma como ele foi colocado, não nasci ontem, sei que foi uma estratégia para que ele fosse derrubado sem a minha presença. Não acho isso elegante, não acho isso correto.

Diz o Regimento Interno expressamente em seu artigo 101 que: “devemos, por obrigatoriedade de Regimento, anunciar a Ordem do Dia seguinte para pleno conhecimento dos Deputados, dos projetos que serão discutidos evidentemente, nas próximas sessões. Isso não foi feito.

A primeira discussão de um projeto, todos nós sabemos, o que é discutido não é o mérito do projeto, é a legalidade, a constitucionalidade. E estou convencida, já procedi assim, companheiro Nelson Justus, em algumas vezes, mesmo tendo certeza absoluta, estando convencida de que não votarei no projeto favoravelmente em função do mérito, não deixo de votar a legalidade e a constitucionalidade. Porque é isso que nós fazemos na primeira Sessão. Portanto, esse projeto que foi rejeitado pelos companheiros, recusaram a legalidade e a constitucionalidade aprovada pela CCJ, passando por cima inclusive da nossa Comissão de Constituição e Justiça que colocava a legalidade do projeto. Inclusive havia um substitutivo da CCJ com a legalidade e a constitucionalidade garantida. Portanto, não consigo entender, a não ser que realmente tenha sido um golpe que tentaram fazer.

Além disso, penso que esse tipo de comportamento não nos leva a lugar nenhum. É evidente que qualquer um de nós, qualquer Deputado, ou Deputada tem liberdade, direito garantido através do nosso Regimento, da Constituição, de apresentar o projeto que achar que deve. De acordo com a sua concepção, com a sua filosofia de vida, com o seu entendimento do mundo ou das ações que ache que deva ter nesta Casa.

Fui punida por apresentar um projeto que defendia com profundidade como crime de discriminação em rela-

ção à questão da orientação sexual. E isso não é invenção da Elza Correia. Porque nós temos em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, Rio Grande do Sul, projetos dessa natureza, Vanhoni. Inclusive em vários municípios brasileiros. Então, estranho que a Assembléia Legislativa do Paraná não tenha permitido a esta Deputada o direito de discutir o seu projeto. Pelo menos a questão da legalidade e da constitucionalidade.

Alguns podem alegar: “Ah, a senhora não estava aqui para defender o projeto”. Não estive e não estarei em muitos momentos, por questão do ofício. Não é o meu caso o único, mas penso que teria sido sensato se os companheiros tivessem me dado a oportunidade de hoje estarmos discutindo a legalidade e a constitucionalidade. Amanhã o mérito, e que todos os vinte e oito votassem contra, como fizeram. Esta não é a discussão. É uma questão de mais uma vez um projeto aonde tentava garantir os direitos humanos de um setor foi negado.

Não deveria, na verdade, assustar-me com esse tipo de coisa e ficar falando talvez para mim mesma, mas acho importante que fique registrado nesta Casa.

Em relação à minha pessoa, outras questões também inéditas aconteceram como por exemplo, eu pedi uma CPI, abri uma CPI e não consegui sequer presidi-la como é de praxe e nem participar da Mesa como membro. Então, não me acostumo com esse tipo de coisa porque eu sou tão Deputada como qualquer um dos companheiros, das companheiras, vou brigar insistentemente para que esse meu direito seja garantido.

Não posso absolutamente me calar diante disso que aconteceu. Rejeitar um projeto em que estaria discutindo a legalidade, a constitucionalidade e não o mérito. Rejeitar um projeto com a ausência da autora. Rejeitar um projeto que foi retirado por um ano e meio, por cinco Sessões e não voltou para a pauta.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Permite-me um aparte, Deputada.

(Assentimento)

Só queria aproveitar para externar a minha solidariedade a V. Exa. Eu estava como Líder da Bancada que dá sustentação ao Governo quando negociações foram feitas com o autor do projeto, que é V. Exa. para que na oportunidade, fosse retirado da Pauta. Parece-me, não estava na quarta-feira na Sessão Extraordinária quando apreciou em primeira discussão o seu projeto. Quero dizer que me solidarizo com o teor do seu projeto, no que diz respeito a resguardar os direitos constitucionais das minorias que são discriminadas na nossa sociedade, sejam elas homossexuais, de cor negra, índios, mulheres, sejam as minorias que de alguma forma são discriminadas na sociedade em que vivemos. Tive notícia de que pelo seu relato, o Líder da Bancada que dá sustentação ao Governo solicitou o adiamento da discussão, relatando a sua ausência junto ao plenário da Assembléia. Parece-me que o requerimento não foi aprovado. Foi rejeitado. Mas mesmo assim o projeto foi levado à votação e derrotado.

Quero aproveitar esse aparte e fazer uma reflexão ao Presidente e aos nobres Deputados: acho que nós, com a convicção de cada um, devemos manifestar a nossa opinião. Aqueles que são contrário ao projeto no mérito, devem se manifestar no mérito e com tranquilidade não aprovar o projeto. Aqueles que acham que devem aprová-lo devem aprová-lo. Trata-se de direitos, de uma lei maior para todos os cidadãos. Projeto com este teor é lei em várias cidades do Brasil e obedecem à Constituição Federal. É uma consequência a Constituição do nosso País. Parece-me que nós, por um constrangimento de consciência, preferimos não votar o mérito e nos esconder através da votação da constitucionalidade.

Entendo o posicionamento de vários Deputados, dos evangélicos e católicos que têm uma posição claramente contrária à tramitação desse projeto e a aprovação desta norma em lei. Mas é um direito da Deputada e de outros Deputados debaterem este assunto na Assembléia Legislativa com a maior tranquilidade.

A Deputada não estava presente, esse projeto já foi objeto de uma negociação para retirada de Pauta, não é justo que se vote a constitucionalidade e derrube um projeto desse. Os Deputados foram levados a votar pelo mérito e não pela constitucionalidade. Pergunto à Mesa Executiva se há alguma forma, algum recurso, que a Deputada pudesse ingressar junto com outros Deputados, para que esse projeto viesse a ser discutido pelo Plenário ainda nesta legislatura?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondo as Questão de Ordem de V. Exa. na Sessão de amanhã. Tenho que ver se há condições junto ao Regimento Interno da Casa.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Muito obrigado.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputada Elza, permite-me um aparte?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Com prazer, companheiro Greca. Quero agradecer, inclusive, o senhor não estava aqui, a sua defesa que o nosso requerimento retirado fosse aprovado.

Obrigada, Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Deputada Elza, solidarizo-me com V. Exa., no sentido de que uma Casa Legislativa laica, em um Estado separado das igrejas desde que o Ruy Barbosa fez o Código Civil Brasileiro e acabou a concordata do Parlamento brasileiro com o Vaticano, no tempo do Império. Uma Casa Civil laica tem que votar leis de maneira laica. A questão da consciência de orientação evangélica ou católica contrária à homossexualidade, não cabe na questão dos direitos humanos e dos direitos dos cidadãos, previstos na Constituição. O que houve aqui foi uma

confusão, no meu ponto de vista, da missão desta Assembléia, que não é um Concílio Ecumênico, é uma Assembléia laica, com a questão de consciência dos Srs. Deputados.

Fico profundamente constrangido, porque a minha visão é de que o Brasil - mesmo aquele que odiando a prática da homossexualidade, por serem religiosos - têm a obrigação de amar os pecadores. Santo Agostinho ensinava a odiar o pecado e amar o pecador, no caso de se considerar isso um pecado.

No ponto de vista da cidadania, a questão tem toda condição de ser apreciada, porque ela é referente aos direitos humanos das pessoas, das minorias. E lembro a Assembléia que isso foi votado em véspera do aniversário do final da 2ª Guerra Mundial, onde ocorreram cinquenta e dois milhões de pessoas e nos campos de concentração de Auschwitz, Treblinka e outros, morreram, seis milhões de pessoas, entre elas judeus, padres, homossexuais e ciganos. Lembro também o pensamento de Joseph Stalin que, consultado sobre a brutalidade da guerra e a força da discriminação, saiu-se com essa pérola da perversidade e da brutalidade: "uma morte é sempre trágica, um milhão de mortes é apenas uma estatística".

A Assembléia, ao calar-se aos direitos propostos por V. Exa. às minorias, copiou uma coisa que há sessenta anos o Brasil inclusive, derramou sangue para que não se confirmasse no Mundo.

A S. ELZA CORREIA (PMDB)

Queria agradecer tanto ao companheiro Greca como ao companheiro Vanhoni pelos apertes! E é isso, mesmo, Vanhoni. Não abro mão do direito, se possível, de trazer novamente esse projeto à discussão, pelo menos. É o mínimo que posso esperar desta Casa e é o mínimo que as pessoas que votaram em nós esperam em relação aos Deputados que aqui estão.

Queria dizer que se tratou aqui de uma questão pétrea da Constituição Federal. Nós não fizemos nada mais do que uma tentativa de apresentar um projeto que não é novidade para várias capitais brasileiras - talvez mais avançadas que nós - em relação à questão dos direitos humanos e da cidadania de todos. Não dá para dizer: esses nós garantimos e vamos brigar pelos seus direitos humanos e esses aqui não, porque não são iguais a nós.

Fere e contraria, como diz o companheiro Greca, todo o princípio de solidariedade, todo princípio de tolerância e também, fundamentalmente, o princípio de garantias constitucionais que todos temos. Porque desde que o Mundo é Mundo, existe homossexuais e ele está em qualquer esfera da sociedade, seja na educação, na medicina, em vários setores da sociedade, inclusive no meio político e nas igrejas. E por que nós aqui ficamos com essa coisa que esta Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná não vai discutir projetos de lei que digam respeito à questão dos direitos humanos dos homossexuais? Nós não podemos, em um País laico, ter esse tipo de

comportamento: não dá para ficar enrolado nem na bandeira do Vaticano, nem na de Lutero, nem em nenhuma bandeira que ofenda os direitos humanos de todos.

Sr. Presidente, muito obrigada pela tolerância! Vamos voltar, então, e amanhã gostaria de ter essa resposta se vou poder voltar com esse projeto para podermos pelo menos discuti-lo. Que todos votem contra novamente, mas com a minha presença e discutindo o mérito e não derrubando o projeto pela questão da legalidade e constitucionalidade, porque ele era legal. Nós aqui atropelamos e passamos por cima da Comissão de Justiça, inclusive.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só uma informação, porque acho que V. Exa. não tem essa informação. Estavam presentes no Plenário 31 Parlamentares, sendo o Presidente e mais trinta Srs. Parlamentares. Tivemos 29 votos contrários e uma abstenção. Não tivemos nenhum voto favorável, só para V. Exa. tomar conhecimento.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Tive conhecimento, evidentemente. Inclusive, falei com o senhor minutos antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

E queria dizer ao senhor que tive conhecimento, mas isso não muda uma vírgula do entendimento que tenho, que mesmo tendo 29 votos contrários, gostaria de participar desse processo, a partir do momento em que sou autora do projeto.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Pedro Ivo Ilkiv.

Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT)

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O motivo que traz-me à tribuna no dia de hoje é para trazer as informações referentes ao encontro que tivemos em Pernambuco, foi no dia 23, e o encontro que tivemos no Município de Irati, no dia 06, sexta-feira passada.

Quero agradecer a esta Casa que sempre tem colaborado, e ao Deputado Nereu Moura, que sempre tem nos apoiado. E o nosso gabinete tem se debruçado em cima de uma matemática muito importante que é a educação infantil. Já temos vários materiais impressos na Casa, vários informativos, sempre com conteúdo pedagógico importante e que estamos distribuindo aos centros de

educação infantil. E escolhemos essa temática como prioridade número um do nosso gabinete, porque acho que o agente político é limitado em tantas coisas, acho que jamais faremos uma casa para cada sem-teto, um pedacinho de terra para sem-terra, ou uma pavimentação em frente à propriedade do cidadão, que todos possam ter uma rua pavimentada, acho que é impossível.

Mas, acho importante, como agente político, nós termos uma ação para investirmos nos mecanismos que possam fazer com que os homens, mais tarde, sejam mais iguais e disputem de igual para igual no futuro. E a educação é o caminho, podemos investir e ter resultados para que os homens mais tarde possam competir de igual para igual.

Por que a educação infantil? A educação infantil, ela é uma vertente à parte do ensino fundamental ou do ensino médio, aonde se passa a transmissão do conhecimento e que é a base da formação do cidadão, mas a criança de zero a seis anos é o período da vida em que ela forma caráter e personalidade. Nada mais importante para o ser humano do que a formação do caráter e da personalidade, pessoas, às vezes, com um grau de escolaridade elevado, mas quando não têm um caráter bem formado, uma personalidade bem formada, têm dificuldades na vida em tantos aspectos.

E a partir da educação infantil, se nós tivermos, por exemplo, um conteúdo pedagógico dentro da sala de aula, se aos poucos, de forma gradativa, conseguirmos substituindo as babás por especialistas com uma proposta pedagógica, principalmente nessa fase da vida, no investimento da estética, que é você dar oportunidade para uma criança de zero a seis anos apresentar um teatro, uma música, uma dança, apresentar-se em um palco e a sociedade estar ali aplaudindo, com certeza esse cidadão, que nessa fase de zero a seis anos, vai incutir dentro de si que ele é importante para a sociedade, que a partir do esforço dele, ele está conseguindo realizar as coisas, é alguém que pode até cair, mas vai levantar, vai superar, vai acreditar em si mesmo. Isso é formação de caráter, de personalidade e isso se forma exatamente de zero a seis anos.

Para tudo na vida temos um tempo, temos um tempo para crescer, até os vinte anos crescemos; a linha do raciocínio lógico inicia aí, a matemática, na fase dos doze anos, mas a personalidade e o caráter formamos de zero a seis anos.

Inclusive tem um ditado que diz que para cada velinha que se acende é uma janelinha que se fecha, porque para tudo temos um tempo na vida.

Então, por isso que escolhemos esse trabalho e tivemos agora no dia seis, em um encontro em Irati, onde tivemos quatrocentas pessoas, todas estão dentro da sala de aula. E eu queria fazer um agradecimento, de público, a todos os Prefeitos da região da ANSESPAR, que estiveram lá com os seus funcionários, com profissionais de dentro de creche, de centros de educação infantil, participando desse evento, e onde tivemos as informações sobre o novo FUNDEP, que levei para os municípios alguma

coisa na linha da formação continuada, que está saindo também junto ao MEC, e também levamos um conteúdo pedagógico, com palestrantes, Deputado Tadeu, com bastante conteúdo, por exemplo, discutimos a temática sobre literatura para bebê, que inicia muito mais cedo...

(Término do tempo)

(Presidência concede mais um minuto)

Então, gostaria de registrar o apoio das Prefeituras da ANSESPAR que estiveram presentes com seus funcionários e também dos palestrantes que nos ajudaram nesse evento. E o governo Lula está fazendo a sua parte. Nós teremos um investimento que vai saltar de 730 milhões para quatro bilhões e meio de recursos novos no FUNDEP.

Então, acho que serão muito importantes esses investimentos porque estaremos investindo no ensino fundamental, ensino médio e também na educação infantil, principalmente de quatro a seis anos. Recursos novos da União e é claro, compondo a cesta dos impostos com novos impostos, com o IPVA que não fazia parte e outros impostos que também vão compor essa cesta que vai financiar a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Seria isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente com a palavra o Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI
(PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Deputado Antonio Anibelli, caros companheiros Deputados e Deputadas.

Na verdade, Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade para comentar um assunto extremamente importante que está sendo discutido aqui na Assembléia Legislativa.

O Governo do Estado encaminhou a esta Casa uma mensagem, Deputado Vanhoni, transformando a EMATER em autarquia e dentre tudo aquilo que se fala em relação à EMATER, muitas coisas foram colocadas como justificativas para essa atitude por parte do Governo do Estado. Dentre os argumentos constam de que a média de salários da EMATER seria uma média muito superior àquilo que recebem os funcionários públicos de forma geral. E não é verdade, Deputado Elio Rusch. O que existe na EMATER é um quadro sim, aonde alguns poucos funcionários têm até uma média superior à média de salário dos funcionários, mas de forma geral, conforme o quadro distribuído por funcionários da EMATER e pelo SINDASP, pelo sindicato que representa essa empresa através de seus funcionários, diz ali que a grande média de salário dos funcionários da EMATER é equivalente à média geral dos funcionários do serviço público.

Deputado Tadeu Veneri, apenas estou colocando esta situação para que todos os Deputados possam refletir, porque a EMATER, por mais de quarenta anos neste Estado, tem sido o braço direito de todos os governos no que se refere à implantação e execução de programas importantes para a agricultura. Mais do que isto, programas importantes para os pequenos produtores. Não há como dar assistência técnica aos pequenos produtores se não pela EMATER. Nós não teremos como executar programas que possam dar as condições de maior viabilidade no campo para os agricultores que não pela EMATER.

Foi a EMATER que executou programas como o PENISA, de conservação de solos, como Paraná Rural, como o Paraná Doze Meses, a EMATER que trabalha no PRONAF, é a EMATER que faz com o seu trabalho a viabilização da pequena propriedade. Autarquizar a EMATER? De que forma? Qual seria a forma da autarquização? Como seria esta situação? Comenta-se, Deputado Durval, com relação aos salários e aos acordos na data base - isto está sendo negociado pelos funcionários.

Também com relação ao passivo trabalhista foi feita uma proposta e esta proposta foi medida de consenso entre os funcionários para pagar o passivo trabalhista em 36 vezes, quando chegou para o Governador assinar misteriosamente, a proposta voltou sem assinatura.

Eu chamo atenção para que todos os Parlamentares possam prestar atenção com relação a essa empresa. EMATER, porque já aconteceu em outros Estados de nós mudarmos, não apenas a forma jurídica da empresa de assistência técnica mas mudarmos a forma de trabalho e acabou tendo um prejuízo muito grande na prestação de serviços para os nossos agricultores.

Com relação à questão da agricultura, os grandes produtores, os médios produtores não precisam, obviamente, que a EMATER lhe dê assistência técnica, mas o pequeno produtor precisa! Nossos companheiros do SINDASP estão distribuindo para nossos Deputados uma cartilha com relação à EMATER com relação à sua função, ao seu quadro funcional para que todos nós possamos analisar com carinho e discutir.

O Deputado Durval Amaral está promovendo na CCJ, no dia 17, uma audiência pública onde deveremos discutir essa mensagem que tramita aqui na Casa. Quero pedir então atenção dos Srs. Deputados para que se possa, realmente, discutir. Não estamos discutindo a autarquização de uma empresa de trinta funcionários, nós estamos discutindo a autarquização de uma empresa que há 48 anos é uma empresa que tem o respaldo dos agricultores do Paraná. É uma empresa responsável pela execução de todos os programas que é exemplo para o Brasil e para vários países, é uma empresa que tem que se dar o devido respeito na discussão de uma proposta como esta!

Agradeço, Sr. Presidente, a concessão deste tempo e faço aqui um pedido aos Deputados: vamos todos participar da audiência pública e discutir qual é a melhor

forma de readequar essa empresa mas não, daqui a pouco, vamos transformá-la numa autarquia sem saber para onde vamos com uma assistência técnica tão importante para os agricultores!

Se acabarmos com a agricultura familiar, se o pequeno agricultor não tiver assistência técnica especializada estaremos prestando um desserviço ao nosso Estado e ao nosso País.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Grande Expediente, por trinta minutos concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de chamar a atenção desta Casa hoje para um assunto que, inclusive, a FAEP está distribuindo um convite aqui que está chegando à Mesa para todos os Deputados, neste momento.

Solicitei hoje este Horário do Grande Expediente para discutir com os demais Deputados este caso envolvendo a proteção e recuperação das florestas de araucária no Paraná. Esse desserviço que o PT está fazendo, a nível da nossa região e que, nesse momento está colocando em pânico a população dos Campos Gerais que representamos, principalmente a região de Ponta Grossa.

Sr. Presidente, o que o povo está esperando - e acho que todo brasileiro está esperando e ainda não há o desânimo dos brasileiros, eu sou um daqueles que ainda acredito que o Presidente Lula possa gerar os dez milhões de empregos que prometeu.

Acho que o povo brasileiro está exigindo o cumprimento desse compromisso de campanha e que ainda dá para o Lula cumprir. Agora, tem que parar com essa palhaçada, vou usar essa palavra para todo mundo entender, que está sendo feita por alguns membros do Governo do Presidente Lula e que estão tirando empregos das cidades. Lança-se o tal de Florestas das Araucárias, proibindo-se o proprietário até de entrar na terra. Isso é uma verdadeira vergonha o que está se propondo a nível de Paraná. A nossa região dos Campos Gerais, que é a região mais antiga com esse projeto mirabolante de alguns xiitas do PT, que infelizmente estão a atrapalhar o Governo, estão a atrapalhar o cumprimento do compromisso de campanhas do Presidente Lula.

As décadas de 70 e 80 são conhecidas como as décadas da revolução verde, devido à loucura que tomou conta em todo o Brasil quando das derrubadas de matas e serrados para expansão das fronteiras agrícolas e pelas novidades do mercado em termos de agrotóxicos e equi-

pamentos agrícolas. No entanto, apesar do alto valor que a terra passou a apresentar, a região dos Campos Gerais foi preservada.

Na época desconhecia-se o termo sustentável. Mas nosso povo já desenvolveu isso desde quando nasceram as florestas.

Não vou me ater muito a esse discurso. Mas vou para os finalmente dizendo: se o Governo realmente quer preservar, que crie as reservas particulares do patrimônio natural, as RPPN. Dessa forma o Governo não gastará com desapropriações, sobra dinheiro para fazer o fome zero, sobra dinheiro para arrumar emprego e parar com essa loucura de querer desapropriar terras e não deixar as pessoas mexer. O Paraná tem lei, o Brasil já tem lei. Quer derrubar um pinheiro hoje, quem mexer com o pinheiro hoje está na cadeia, é crime ambiental. Então, não precisa inventar o sexo dos anjos. Perdoe-me a franqueza, isso aqui faz parte de algum petista que não tem o que fazer em Brasília a não ser “encher o saco” do povo brasileiro. É algum petista daqueles antigos que achava que quando chegasse no comando do Brasil iria resolver todos os problemas. Tem uma piada que diz assim: “quando estão em baixo, os PTS gritam, gritam, gritam. Quando coloca para cima eles não sabem o que fazer”.

Acho que esse caso, envolvendo essa questão das araucárias, isso vem da cabeça de alguém que não tem o que fazer. Está arrumando confusão, vai gerar desemprego, muito desemprego no Paraná. Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu, como representante dos Campos Gerais não concordo com essa política do Governo Federal. Acho que o povo preserva já as araucárias, temos orgulho de ser a terra das araucárias. Toda hora ouço o Deputado Greca que é um profundo conhecedor, fala muito das araucárias e gosto de ouvi-lo falar. E temos um povo consciente!

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Quero só lhe dizer: eu, defensor das araucárias, não concordo com parque intangível. Inclusive no Parque do Iguaçu, agora estão começando com uma história sinistra de fechar o Hotel das Cataratas. Um hotel que funciona com um equipamento turístico imprescindível para o Paraná, há mais de sessenta anos, pelo menos eu acho que são oitenta anos, desde o tempo do Presidente Getúlio Vargas.

Fechar uma área inteira dos Campos Gerais para tornar um paraíso intangível é colocar a população contra a preservação do patrimônio natural. É a mesma coisa de proibir a missa no topo do Anhangava. Com essa gente, o Corcovado nunca teria acontecido, porque não deixam rezar; imaginem se iam deixar pôr um Cristo em cima do Corcovado.

Na verdade precisamos de turismo nos Campos Gerais, de bosques de araucárias bem aproveitados, de acesso aos espaços turísticos e culturais do cerrado, dos alagados dos Campos Gerais e dos pinheirais dos Campos Gerais. O senhor me citou como um conservacio-

nista. Ninguém gosta mais dos pinheiros do que eu, mas acho que proibir por demais as questões relativas à araucária torna as pessoas inimigas delas.

Sei de um caso de um senhor de idade aqui em Curitiba, que havia plantado um pinheiro e o serrou quando começou a ficar de idade adulta, por medo de que, crescendo o pinheiro, ele perdesse a propriedade sobre o seu terreno.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Greca.

Na seqüência vou dar os apartes que foram solicitados, pela ordem. Acho importante, trouxe esse debate aqui porque não concordo, e com todo o respeito que tenho aos companheiros, precisamos gerar empregos no Paraná, no Brasil, senão o nosso Presidente não chega nos dez milhões. Agora vai proibir tudo, não pode isso, não pode aquilo.

Olha, acho que isso aí está naquele excesso de cargos criados em Brasília, aqueles cargos em Comissão, que de forma confusa foram criados e acabam colocando pessoas, os jericos lá. Os jericos do país que não conhecem a realidade e acabam atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Pela ordem, de acordo com qual artigo que está sendo deferido, Deputado?

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Por ataques ofensivos à honra de servidores públicos federais e estaduais, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Solicitar pela ordem, no sentido de que o Deputado Jocelito que é Vice-Líder do Governo Requião aqui nesta Casa, use de moderação e respeito com relação aos servidores públicos que por proposições discordantes eventualmente possam estar dessintonizados com o brilhante entendimento do Deputado com relação ao meio ambiente.

Tirar essa questão do jerico, ofensivas, cargos, tirar dos Anais da Casa, porque não fica bem, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Peço a V. Exa. que mantenha porque é um termo popular, é do povo. E os empregos, Sr. Presidente?

E os empregos que estão perdendo por esses parques aí. Então tira os empregos também. Gostaria que o senhor deixasse o meu linguajar popular.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Vice-Líder do Governo Requião, o senhor poderia usar de maior moderação, o senhor que é um grande entendedor da área ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Asseguro a V. Exa. a palavra.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado. Não entendo muito de meio ambiente, Deputado André Vargas, mas entendo de emprego. Não quero ver o povo sem emprego. Não entendo muito de meio ambiente não, mas o que eu não sei eu procuro discutir, que é para aprender. Agora, vou sempre defender os empregos, o senhor pode ter certeza. Vou sempre defender empregos para o povo. E tenho certeza que o povo que produz para o Paraná, que preserva os grandes produtos e os pequenos, que tem um pinheirinho lá não vai cortar pinheiro do Paraná. Não precisa de lei. Já tem uma lei, para quê mais uma lei.

Concedo aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Jocelito, talvez uma das únicas vezes que concordo com V. Exa., com esse alerta que V. Exa. faz quanto ao que está ocorrendo com a questão IBAMA.

Quero dizer que não é exclusividade apenas de Ponta Grossa. Estão também criando um parque que pega partes de Santa Catarina e Paraná, certamente inviabilizando os municípios de Palmas, General Carneiro e alguns municípios de Santa Catarina. Só que o que aconteceu em Palmas foi o seguinte: o IBAMA foi fazer uma audiência pública e teve que sair pelos fundos do local onde estava, porque não conseguiu fazer. O que estão fazendo? Quero concordar com V. Exa. quando o senhor diz que alguém não tem o que fazer e começa a querer fazer alguma coisa. O que acontece? Algum servidor público - não é questão de desrespeitar o servidor público - é desrespeitar o conhecimento da realidade, da situação da região que estão atingindo.

No momento - é importante V. Exa., porque é Vice-Líder do Governo - na última semana teve uma audiência em Santa Catarina com a presença do Governador, com os Deputados e de todos os proprietários daquela região, do Paraná e de Santa Catarina. O Governador de Santa Catarina teve um posicionamento muito firme. Posicionou-se contra a criação do parque, favorável, sim, ao respeito à lei, mas não à criação do parque.

Então, esperamos, no dia de amanhã, às 15 horas - pelo menos recebi uma correspondência da FAEP, que vai ter uma audiência com o Governador, com os proprietários de Ponta Grossa. Nós, dentro do tempo possível, vamos tentar convidar também aqui de Palmas, todos os nossos parceiros daquela região para que se façam presentes e façam um pedido ao Governador. Está na hora de o Governador ter um posicionamento muito firme, porque senão vão transformar o Paraná só em parque. E aí entra na questão que V. Exa. está falando: do que vamos viver? Aonde está a geração de empregos?

Esta é a razão que está deixando, hoje mesmo, um cidadão de setenta anos de idade que me telefonou e disse o seguinte: "nossa fazenda é a sexta geração e agora vamos ser proibidos de entrar na nossa propriedade, porque a D. Marina da Silva, Ministra do Meio Ambiente,

resolveu transformar toda aquela região de Palmas e Santa Catarina em parque!"

Não é possível que isso aconteça. Tenho a esperança que o Governador, no dia de amanhã, tenha um posicionamento muito firme quanto a esta questão, defendendo os interesses dos paranaenses, como teve o Governador de Santa Catarina.

Agradeço pelo aparte e somo-me a V. Exa. nesta manifestação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quem estava na ordem, para o aparte? V. Exa. ou o Deputado Stica?

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

Havia solicitado antecipadamente.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Vou sentar, porque já vi que aqui se ganha no grito. Ganhou no grito o Deputado Rafael Greca, o Deputado André Vargas, o Deputado Rossoni e agora o Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

V. Exa. desculpe-me, mas eu havia me inscrito logo depois do Deputado Rossoni, para fazer o aparte. O Deputado Vanhoni inscreveu-se em seguida e depois foi V. Exa. Vamos manter a ordem na Casa.

Só queria, dentro do que está sendo colocado, dizer que na semana passada nós já trazíamos este assunto, com bastante preocupação. Amanhã teremos aqui a presença de pequenos e médios proprietários da região de Ponta Grossa, que querem fazer um pronunciamento na Casa elucidando a todos os Deputados o que está se passando. Também virão proprietários, prefeitos e autoridades dos municípios de Palmas e General Carneiro. É importante que eles venham dar o *referendum* contra uma lei que entendo uma forma muito mais de punir aquele que preservou durante toda a vida do que incentivar a preservação.

Recordo-me, há anos atrás, o Prefeito Rafael Greca, à época, fez uma lei dizendo que quem tivesse araucária no seu terreno urbano, poderia descontar o valor do IPTU. Isto estimula que o cidadão queira bem à árvore símbolo do Paraná. Isto faz com que seja preservada a araucária. Precisamos, efetivamente, aqui no Estado, de leis que incentivem a preservação e não que punam aqueles que vêm fazê-lo.

Segundo: o que é mais importante e colocamos na outra alocação que fizemos na semana passada, a respeito dos servidores. Respeito é bom. Acho que devemos respeitar os servidores. Mas, eles não podem fazer como fizeram nas audiências públicas, marcadas de última hora, sem conhecimento da população, mandando convites atrasados. Isso é falta de respeito com a população do Paraná.

Vou dizer mais, estive em Palmas participando dessa audiência pública que não se realizou, pasmem os senhores, ouvi dentro da Secretaria Estadual do Meio Ambiente que a audiência foi realizada e que teria sido agredida uma senhora que lá estava. Vejam os senhores até que ponto chega a criação de fatos para denegrir a imagem da população do Paraná. Lá não houve absolutamente nada porque a população não deixou que acontecesse, mas sem nenhuma ação violenta.

Então, é importante que se frise isso, é importante que frise o respeito do povo paranaense às leis, mas não vamos deixar que as nossas terras sejam espoliadas, sejam tomadas, muito pelo contrário, paguem se quiserem que preservem, porque este é o dever, a vontade e a vocação da população do Paraná.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas para comunicar à Casa e também ao Deputado que faz uso da tribuna, que entramos em contato com o IBAMA, o Deputado Marcos Isfer já foi convidado, e na quarta-feira, às 10 horas da manhã, o Dr. Marini estará nos recebendo, e convidaremos outros líderes de Bancada também justamente para discutirmos esse assunto de uma forma mais tranqüila, mais serena e sem tanta emoção.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Deputado Jocelito, primeiro temos que ter um cuidado porque estamos falando de meio ambiente. Este País, cujo nome é Brasil, não é por acaso, porque na sua descoberta tinha aqui uma árvore nobre chamada Pau Brasil, que hoje a maioria dos brasileiros não conhece tal foi a ganância na época para cortar essa árvore, inclusive mandando para fora do nosso país. Não tiveram cuidado, hoje não se sabe aonde se encontra um Pau Brasil para que um filho nosso possa conhecê-lo.

O pinheiro, a nossa araucária, é uma árvore em extinção, uma árvore que demora anos para a sua criação e já não tem sequer matas para criar a Gralha Azul que é a sua semeadeira. V. Exa. tem uma preocupação quanto à geração de emprego, que também é nossa; porém, de nada adianta pensarmos em emprego se não tivermos um meio ambiente para continuar a vida para os nossos filhos.

Vejo aqui o Deputado madeireiro, Valdir Rossoni, preocupar-se com essa situação, mas parece-me que para o momento em que vive as suas empresas, de nada adianta não terem mais madeira para cortar se na seqüência os filhos não poderão tomar conta porque nada mais resta em nosso Estado. Estado, que diga-se de passagem, em curtíssimo espaço de tempo viu suas terras arrasadas pela ganância de disputar um palmo de chão, e hoje a mata atlântica quase que não existe.

Portanto, creio que o momento é bom, sim, para que possamos discutir, chamar à razão, à luz da razão, essa discussão; não proibir audiências públicas como fizeram em Palmas, não deixando ter uma audiência

pública achando que isso acaba tirando de lá a vontade da criação de um parque. Não podemos mais, nessa ignorância, fazer com que as coisas aconteçam como se ainda estivéssemos no velho oeste sobre a mira das armas aonde os grandes latifundiários conseguiram as suas terras.

Precisamos ter tranqüilidade e discutir esse assunto; o meio ambiente precisa ser preservado. Também não sou daqueles que entendo que o meio ambiente tem que ser preservado sem o crescimento econômico, mas temos uma novidade que se chama crescimento econômico sustentável que é tirar a economia das nossas terras, mas fazendo com que ela se auto-sustente e que possa ter a preservação para a sua continuidade. De nada adianta um país continental como o nosso, com as bênçãos que Deus nos deu, se nós o arrasarmos em tão pouco tempo. Portanto, somo-me com V. Exa., sim, na preocupação da geração de emprego.

Mas quero dizer que o Governo do PT, com toda responsabilidade que tem, vai tratar a questão do meio ambiente como merece ser tratada. E o Governador Roberto Requião, preservador que é, vai tratar dessa questão com a maior seriedade possível. Se tiver que criar novos parques, serão criados. Se tiverem que indenizar os proprietários das terras, serão indenizados.

Vamos poder mostrar para os nossos filhos o que é uma árvore araucária, que sabemos que está em extinção.

Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Infelizmente o Deputado Natálio Stica me chama de irresponsável e de madeireiro.

É difícil discutir com petroleiro, que não sabe diferenciar o que é araucária de etenos e o que é sericultura.

Por esta razão é que somo-me a V. Exa. Quero dizer ao Deputado Natálio Stica que a minha indústria gera trezentos empregos. Só uso matéria-prima que eu refloresto. Não se serra mais araucária no Paraná.

Agora, o que não pode são esses vermelhinhos que tomaram conta do Brasil e que não conhecem o setor agrícola, o que é gerar emprego, o que é gerar riqueza e o que é trabalhar. Porque é muito fácil ter um salário alto e viver neste Brasil. O difícil, é gerar emprego e riqueza.

Por isso que fica difícil o debate.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço os apertes. Não estou querendo atacar ninguém.

Acho que esta questão das araucárias, desse parque, deve ser discutido com mais abrangência, mais amplamente.

Ninguém é a favor de derrubar as araucárias. Sou totalmente contrário.

Aqui no Paraná temos uma lei maior que pune, não só no Paraná mas no Brasil, aqueles que derrubam araucárias. Então, para quê criar uma nova lei. Uma lei que

está proibindo as pessoas de adentrarem numa mata que há anos as pessoas vêm preservando. De geração em geração. O avô ensina o neto a preservar. E ele vem de muitos anos preservando. Agora não vai poder entrar mais nos pinheirais, porque surgiu uma lei que quer proibir as pessoas de entrar nas terras que sempre foram preservadas. Essas pessoas deveriam ser aplaudidas, porque preservaram, tiveram dignidade, respeitaram a natureza. E agora vem uma lei mal feita, mal conduzida, atrapalhar. O que tem que fazer é cumprir a lei que está aí.

Criar programas de conscientização. Usar o horário na televisão, no rádio, para fazer campanhas publicitárias pedindo para o pessoal manter as araucárias, principalmente no Paraná.

A nossa intenção é de abrir a discussão. Amanhã estarão aqui membros do Ministério e não convidaram todo mundo. Será uma reunião fechada. O que tem para esconder? Se é uma reunião pública é de todo mundo. Todo mundo deve participar dessa reunião, chamar a sociedade, ouvir os dois lados da moeda, não somente um.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Jocelito Canto, nós ouvimos as colocações que foram feitas e o Deputado Stica, da maneira como foi colocado por ele, parece que quem está se posicionando contra a posição do IBAMA é a favor da derrubada da araucárias. Ninguém falou para derrubar ou autorizar a derrubada das araucárias não, pelo contrário.

Eu fui Prefeito de Apucarana, criamos dois parques municipais, temos uma área de mais de quarenta hectares de araucária dentro do perímetro urbano da cidade da Apucarana, no Parque da Raposa.

Quero colocar a dificuldade que estamos tendo pela Comissão de Defesa do Consumidor Cidadania e Direitos Humanos. Nós fizemos uma audiência pública em Guaíra. Deputado Ademir Bier, Deputado Welter e Deputado Duílio Genari, eu presidindo a audiência como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e até agora não conseguimos uma posição da Sra. Ministra e do IBAMA com relação à indenização que deve ser paga a mais de dois mil ilhéus que foram jogados para fora, que estão nas favelas, morando embaixo de lona e que não recebem as suas indenizações.

Foram pessoas que perderam as suas granjas, pequenas propriedades agrícolas dentro da ilha e não tiveram como se recuperar financeiramente, passando a ser bóias-frias. Eram pequenos proprietários e o IBAMA não dá a mínima atenção. A Sra. Ministra não toma uma providência cabível e nós queremos ver se o Deputado Stica pode ajudar, junto ao Ministério do Governo Lula, para que resolva essa questão de Guaíra e no mais, dizer que todos nós queremos a preservação das araucárias, mas é preciso respeitar as propriedades privadas e quem preservou as araucárias, inclusive.

O que estamos vendo no Paraná é um verdadeiro acinte à propriedade privada, ao direito adquirido, um desrespeito às pessoas, um desrespeito às tradições e aos costumes, como vimos no Anhangava no dia 1º de maio que o IAP foi lá e proibiu que celebrassem uma missa. Agora, precisamos dizer que o IAP proibiu, mas é lógico que com o consentimento do Sr. Governador do Estado do Paraná que, certamente, não queria que aquela missa porventura viesse a estragar a sua cavalcada pelas regiões da Serra do Mar por onde ele caminha.

Agora, temos que ver se o IAP também, daqui a pouco, não vai proibir a cavalcada do Sr. Governador porque está proibindo tudo ou será que o Governador tem privilégios neste Estado?

Parece-me que a lei é para todos e deve ser para todos: no Porto de Paranaguá, no Anhangava, nas cavalcadas, no direito à propriedade, na preservação e no respeito às araucárias.

Era isso que eu gostaria de dizer.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço seu aparte, Deputado Scarpellini. Sou a favor de que haja mais discussão nesse caso, que se abra a discussão, que não se resolva do dia para noite e que se converse com aqueles que preservaram a nossa terra.

Vou terminar dizendo o seguinte, Srs. Deputados: gostaria de ver o Presidente Lula cumprir o seu compromisso de campanha principal que é a geração de emprego. O que mais quero ver é o Lula cumprir os dez milhões de empregos. Espero que ele cumpra, sou a favor e gostaria que ele cumprisse, agora alguns assessores têm que parar de ficar inventando história que prejudica as pessoas que preservam, que atrapalha o Lula politicamente e que atrapalha aquele seu compromisso de campanha de cumprir o emprego.

Espero que mude essa idéia, que se respeite quem sempre preservou as terras, que pare com essa folia e que vamos trabalhar. Vamos deixar trabalhar quem quer trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Horário das Lideranças: PPS, PDT, Deputado Homero Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Esta semana a imprensa mostrou no domingo principalmente, mais uma cena que denigre a imagem do Governo do Estado e principalmente do Secretário da Segurança Pública,

quando ele insiste através da mídia, lavar a roupa suja que ele acredita que exista principalmente dentro da Promotoria de Investigações Criminais, trazendo uma imagem negativa para o Ministério Público.

Parece que o Secretário adora realmente ser o foco da mídia. Chama a atenção num exercício do egocentrismo exacerbado em que diuturnamente nós estamos convivendo. E lamentavelmente, esse Secretário avoca para si as crises do Governo do Estado. O Secretário da Segurança Pública tem que compreender, Deputado Braddock, que ele na verdade não é o Governador do Estado.

Nós estamos vendo que a cada dia que passa ele atrapalha a imagem do Governador Roberto Requião, inclusive.

Já começa a extrapolar até mesmo esse desgaste, não apenas para a sua Secretaria, para o Governo do Estado, mas principalmente para os Promotores, os Procuradores, os membros do Ministério Público. Agora ele vem denegrindo a imagem da Promotoria de Investigações Criminais. Parece que esse Secretário não amadureceu o suficiente para ocupar uma Secretaria importante como essa. Creio até que a paciência dos Deputados inclusive, que sustentam o Governo Requião nesta Casa, também já deva ter se esgotado.

E agora, ele volta atrás trazendo à tona novamente a questão da CPI do Narcotráfico do ano de 99 a 2000. E que passou aqui pelo Estado do Paraná. Faz acusações levianas, gravíssimas, questionando a PIC dando conta: "Se eu estivesse na PIC àquela época, teria sido diferente."

Creio que está na hora de o Governador Roberto Requião colocar definitivamente no seu devido lugar esse Secretário.

Essa esperança eu estou perdendo, mas sei que vai ser diferente com o Ministério Público. Se o Governador até agora fez vistas grossas ao episódio da caneta quando ele deu um tiro no próprio dedo dentro da Secretaria da Segurança Pública: se ele desmereceu autoridades no Oeste do Paraná quando se identificou como Roberto Carlos do Rio de Janeiro; se ele desrespeita esta Casa de Leis quando não vem aqui prestar depoimento, quando foi diversas vezes convidado e em outras convocado, nós acreditamos principalmente no Ministério Público, que diante dessa posição de desconforto que o Secretário da Segurança coloca a instituição, tendo plena convicção que o Conselho Superior do Ministério Público não vai revalidar a autorização da permanência dele que é Promotor, já que está vencendo o prazo para ele ter essa autorização continuar no cargo de Secretário prestando serviço ou seria um desserviço ao Governo do Estado.

Se acharmos que o Governador Requião não vai tomar providências, pode escrever aí, pode ter certeza que a PIC vai agora através do Procurador Milton Riquelme de Macedo.

Eu conversava agora a pouco com o Deputado Líder da Oposição, Valdir Rossoni, para que nós possamos fazer uma visita oficial encaminhando as denúncias,

para que ele possa tomar as providências devidas a esse caso.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-se um aparte?

(Assentimento)

Estou pedindo à nossa assessoria que entre em contato com o Procurador, para marcar, se possível para o dia de amanhã ou depois de amanhã, porque amanhã estaremos com este debate da questão dos parques, esta audiência com o Procurador, para levarmos os documentos e a denúncia, com a sugestão.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Líder da Oposição.

A imprensa mostra hoje a carta do Secretário contra o Procurador Dartagnan Cadille Abilhoa, que foi Coordenador da Promotoria de Investigações Criminais - PIC, naquela oportunidade. Desnudando uma crise que poderia ter sido resolvida internamente, *intra corporis*, da Promotoria ou da Procuradoria, mas que lamentavelmente vem a público pela inabilidade ou pela vontade desse Secretário em aparecer e permanecer na mídia - repito - tentando denegrir a Procuradoria Geral de Justiça ou mesmo o Ministério Público.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de deixar registrado na tarde de hoje a nossa preocupação em relação aos números divulgados na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que mostra que Londrina e o Paraná perderam bastante em termos de resultado do Produto Interno Bruto. Vimos que o Estado do Paraná cresceu 32%, enquanto que o Brasil cresceu na faixa de 43% entre os anos de 99, 2000, 2001 e 2002.

Lamentavelmente, a cidade de Londrina teve um crescimento ainda menor, na casa dos 24,4%. No ranking das mais de cinco mil cidades brasileiras, Londrina ficou em 57º lugar, com um PIB de três bilhões e quinhentos milhões de reais. No ranking paranaense a nossa cidade que ostentava a condição da capital do interior do Paraná, segunda cidade do nosso Estado, está na 5ª colocação, embora seja em população a 2ª do nosso Estado.

Sabemos perfeitamente que Londrina, nos últimos quinze anos, tem perdido a sua condição de pujança, de liderança no interior do Estado do Paraná. Vejam Sras. e Srs. Deputados, que Londrina era a 2ª cidade em arrecadação de ICMS e hoje é a 6ª. Londrina que tinha historicamente 6,6% do ICMS no ano de 1998, hoje, está na 6ª condição. Abaixo cresceu, portanto, em riqueza 50% estando com 3,1% do ICMS. É um dado lamentavelmente triste para todos nós, londrinenses, norte-paranaenses e paranaenses, porque não dizer. Londrina que já foi nos anos oitenta a capital nacional da construção civil, com o boom verticalizado, principalmente, que foi motivo de reportagens de grandes órgãos de imprensa do nosso país.

Londrina que outrora também foi capital internacional do café, hoje, é a capital da violência.

Proporcionalmente por um grupo de cem mil habitantes, os índices mostraram que Londrina está entre as mais violentas do Brasil. Com exceção de Foz do Iguaçu, Londrina é a cidade mais violenta, em termos de assassinato, e isso nós lamentamos profundamente.

Os culpados dizem que são aí o ex-Governador Jaime Lerner, que concentrou recursos e investimentos na capital e na região metropolitana de Curitiba; outros dizem que foram os escândalos cometidos na administração passada, em que cento e oitenta e seis milhões de reais da venda da SERCOMTEL foram para o ralo da corrupção. Mas, na verdade, nós não queremos escolher culpados, queremos uma solução. Londrina perdeu esses recursos que até agora ninguém, foi responsabilizado e enquanto isso Maringá, por muito menos, teve gente presa. Leilões inclusive para recuperar o dinheiro perdido. E o que é mais grave, outras cidades como Ponta Grossa discutem aí o ápice de recursos que são provenientes em termos de arrecadação e Londrina perdeu o gasoduto, perdeu Porto Seco, não possui nem mesmo o aeroporto ILS e estamos vendo que perdemos inclusive na condição de ser a terceira cidade em população do Sul do Brasil.

Perdemos essa condição para o Município de Joinville, que é considerado hoje o segundo município em termos de segurança, um dos melhores municípios para se viver em termos de qualidade de vida.

Era o registro que gostaríamos de fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado Sr. Presidente Pedro Ivo!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não sei se estou com problema de audição - até se for o caso vou ao médico amanhã - mas eu não ouvi o pronunciamento do Deputado Barbosa, como também tive dificuldades em ouvir o Deputado Jocelito. Parece-me que falta algo, porque aqui, por exemplo, e onde estou falando está bom o som. Mas, lá da tribuna, os dois que falaram da tribuna não se ouviu nada aqui no Plenário.

Só faço um alerta. Não é implicância, mas se eu estiver com problema de audição, estou aqui em condições de ir ao médico, se for recomendado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. não é o primeiro que reclama. Solicito ao som que verifique o que está acontecendo. A acústica não está boa.

No Horário da Liderança do PFL, com a palavra o Deputado Durval Amaral, por dez minutos.

Liderança do PFL: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Secretaria da Segurança Pública tem sido alvo, nos últimos dias, de inúmeras denúncias, irregularidades e um dos grandes programas da Secretaria, encabeçado pelo Governador Roberto Requião, com toda a certeza é o programa de desarmamento. E confesso que, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, emendado por mim, estendendo a gratificação de R\$ 100,00 a todos aqueles cidadãos que voluntariamente entregarem as suas armas, tem me causado extrema preocupação, porque está colocando o Governo do Estado em descrédito, está colocando a Secretaria da Segurança Pública em descrédito.

São muitas as pessoas que - conversando com essas pessoas ou ligando para meu Gabinete - têm dito que embora tendo entregue as suas armas ou as armas que estavam em seu poder, não têm recebido os R\$ 100,00 da gratificação. É extremamente preocupante, porque coloca no descrédito a Secretaria da Segurança Pública, coloca no descrédito o programa de desarmamento lançado no Estado do Paraná, que se tornou inclusive um programa a nível nacional e todos nós ficamos questionando. O Governo já deveria ter feito a prestação quadrimestral, não o fez, parece que vai inclusive adiar essa prestação.

Todo o Paraná, por onde nós andamos se dá conta que o Governo do Estado está com muito dinheiro, com muitos recursos, mas não tem pago as contas dos cidadãos paranaense que acreditaram em um programa. E obviamente, como Deputado, não apenas para fazer essa lembrança, eu acho que o programa não pode ser descaracterizado, não pode cair no descrédito, em função da falta de pagamento.

Então, que o Secretário da Segurança Pública se preocupe em ver, efetivamente, o que está acontecendo, para que todos os cidadãos que entregaram e que acreditaram nesse programa de desarmamento, possam receber esses cem reais. Essa é a preocupação e é por isso que nós estamos questionando e alertando, e entrando com um pedido de informação, na tarde de hoje, para que o Governo informe por que está atrasado o pagamento desse recurso. Acredito que dessa forma, Deputado Elio Rusch, estamos prestando mais uma colaboração, porque não é possível, efetivamente, que policiais civis, militares que receberam essas armas sejam todos os dias, nas delegacias, nos municípios, cobrados e não tenham uma reposta objetiva para dar aos cidadãos paranaenses.

Concedo um aparte ao Deputado Ratinho Júnior.

O Sr. Ratinho Júnior (PPS)

Deputado Durval, a sua preocupação veio em boa hora, realmente há muitos equívocos na análise do projeto do desarmamento, na lei do desarmamento, que o senhor nos ajudou a ampliar esse projeto, e que hoje, graças a Deus, tornou-se uma lei nacional. E essa preocupação é válida, é preciso que o Governo do Estado exponha às pessoas que o projeto do desarmamento veio para combater os crimes fúteis. Quais são os crimes fúteis? São as brigas de boteco, a briga de bailão, a briga de tran-

sito, são enfim esses crimes que as pessoas não criminosas, mas portando uma arma acabam matando uma pessoa em um momento de raiva, em que está nervosa, em que está explosiva. Nesses dez segundos, ela acaba arrancando a arma e matando uma pessoa, tirando a vida de uma pessoa. E ela se torna uma criminosa através disso. E é importante esse pedido de explicações que o senhor está fazendo ao Governo do Estado, e à Secretaria da Segurança Pública, por quê?

Porque nós queremos saber o balanço, se os policiais militares estão fazendo a apreensão, porque o projeto de lei do desarmamento no Estado do Paraná também visa isso. Visa o quê? Visa que o policial militar que apreender uma arma receberá cem reais.

Então, queremos saber também, e veio em boa hora esse pedido de explicações à Secretaria da Segurança Pública, para saber se esses policiais estão sendo remunerados; se os policiais militares e civis estão indo atrás dessas armas; se estão combatendo a criminalidade para retirar também; porque não basta só esperarmos que a população entregue as armas; é preciso que a nossa polícia entre em ação, entre na ativa para retornar as armas dos bandidos.

Quero lhe dar os parabéns e veio em boa hora, até mesmo na questão dos pagamentos, como o senhor mencionou. As pessoas estão sendo pagas? A população está fazendo a sua parte, mas de trinta e cinco mil armas entregues no Paraná, mais de trezentas e cinquenta mil armas entregues no Brasil.

Então, é necessário que o Governo também corresponda com aquilo que se comprometeu com a população: fazer o pagamento.

Parabéns.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Muito obrigado!

E o complemento, Deputado Ratinho Júnior, muito bem colocado por V. Exa, acredito que o cidadão paranaense fez a sua parte. Não existe, por parte da Secretaria da Segurança Pública, um programa efetivo de desarmamento do bandido; acho que isso é extremamente grave. Aliás, a Secretaria tem sido pródiga, os números são extremamente desfavoráveis à segurança pública do Estado do Paraná. Aliás, segurança pública no Estado do Paraná é um caso de polícia, lamentável sobre todos os aspectos, não só na Capital, mas nas grandes regiões metropolitanas, no interior.

Nas pequenas cidades, as denúncias que foram desativadas as patrulhas rurais, as denúncias da inoperância em que se encontra a Polícia Civil no interior com a desarticulação dos delegados calças-curtas, que realmente foi um mal para o Estado, para o Governo, e principalmente para a sociedade; porque o delegado calça-curta, eu não estou aqui defendendo mas dizendo que simplesmente acabar com o delegado calça-curta nos pequenos municípios do Estado foi um verdadeiro prejuízo à segurança desses municípios.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Dentro da questão da segurança, eu estive agora no final de semana no Município chamado Diamante do Sul, é um Município no Oeste do Paraná - não tem nenhum policial da Polícia Civil e nenhum policial da Polícia Militar, nem viaturas. É um Município totalmente desprovido de qualquer elemento da segurança pública à disposição da sociedade - Município de Diamante do Sul, apenas para colaborar com seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

E complementando, Deputado Elio Rusch, acabou o delegado calça-curta, todos os municípios que tinham esse delegado calça-curta perderam, minimamente, além da questão da segurança, do aparato que impressiona a presença da polícia, perdeu a viatura da Polícia Civil. Todas as viaturas da Polícia Civil onde não tem mais delegado calça-curta retornaram à sede da Comarca, num prejuízo enorme, muito grande.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado, eu só queria colocar mais um Município nesta situação que é Quitandinha que, praticamente, dentro da Região Metropolitana de Curitiba não tem mais delegado, não tem viatura, não tem o que fazer. Se você tiver que registrar uma queixa lá, eles vão chamar um funcionário da Prefeitura para ir à delegacia registrar. É um absurdo uma coisa dessas. Num lugar onde passa uma BR que liga São Paulo com o Rio Grande, com o MERCOSUL, se acontecer um problema não tem a quem recorrer, a exemplo das demais cidades do Paraná do mesmo porte.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

É lamentável, Deputado Scarpellini, porque se acabou, em tese, com os delegados calça-curtas, mas efetivamente não se acabou com esses cargos comissionados. Estão todos eles bem empregados no Estado, muitos na Secretaria da Segurança Pública, outros tantos na Casa Civil, outros tantos na Secretaria da Justiça, outros tantos no Museu, quer dizer, e aquela expectativa que a sociedade paranaense tinha da diminuição dos cargos comissionados, com toda certeza não aconteceu no Estado do Paraná.

O segundo assunto, a questão da autarquização da EMATER. Nós estamos, pela Comissão de Constituição e Justiça também esperando e já houve a manifestação, inclusive, da Deputada Luciana Rafagnin, da Comissão da Agricultura, fazendo uma audiência pública, no dia dezessete, na outra terça-feira, para que todos nós possamos discutir em profundidade a autarquização da EMATER e se nos preocupa em demasia a possível autarquização do PARANAPREVIDÊNCIA. Nós não

esquecemos, nós não podemos nos esquecer que no primeiro Governo, do atual...

(término do tempo)
(Presidência concede mais um minuto)

... nós não podemos nos esquecer que no passado, quando foi criado o Fundo de Previdência do Estado, o fundão, simplesmente, a bel prazer do Governo foi extinto este fundão e foi apropriado, se não me engano, algo, naquela época, em torno de trezentos milhões, falta-me agora o número na cabeça. Mas, tenho convicção absoluta que a autarquização da EMATER, da PARANA-PREVIDÊNCIA vem em prejuízo da sociedade paranaense e muito especialmente dos servidores da EMATER e, com a possível autarquização da PARANA-PREVIDÊNCIA, em prejuízo de todos os servidores públicos do Estado do Paraná e a Oposição não aceitará, vai questionar, incansavelmente, e vai lutar para que esta autarquização não ocorra.

Fica o convite a todos os Deputados, dia dezessete, às 9 horas da manhã, no plenarinho, na outra terça-feira, uma audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, onde estaremos discutindo esta possível autarquização da EMATER.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PT, Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do PT: Deputado Ângelo Vanhoni

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou usar o Horário da Liderança do PT para sugerir em relação ao debate que se trava em relação às unidades de conservação de meio ambiente, sobretudo no que diz respeito à região Sul do Estado do Paraná, fruto do debate desta tarde de hoje, que na semana que vem a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Francisco Bühner, solicite a presença do Diretor do IBAMA, superintendente do Paraná e Santa Catarina, para que venha à Assembléia explicar, trazer os pormenores dos estudos que estão sendo efetivados para a constituição dessas unidades, para que os Deputados que têm base sobretudo nessas regiões, possam ter alguns esclarecimentos e que eles sejam feitos aqui na Assembléia Legislativa.

Era essa a minha sugestão ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente da qual eu faço parte, que convoque o Diretor Superintendente do IBAMA, Dr. Marino para que, na semana que vem possa dar os esclarecimentos aqui na Comissão de Meio Ambiente, aberta a todos os Deputados. Eu sou favorável à constituição das unidades de conservação, acho que 93% da cobertura vegetal

do Estado do Paraná, nesses últimos quinhentos anos foi consumida. Se pudermos de alguma forma combinar desenvolvimento econômico com a preservação do remanescente de 3% de cobertura do Estado do Paraná, da sua mata original, acho que devemos fazer todo esforço neste sentido.

Em relação à EMATER, a transformação em autarquia é um projeto que demanda um estudo, um debate, por isso não só a audiência pública da Comissão de Justiça, mas seria bom ouvir também os agricultores, os mais interessados.

Por isso, gostaria de sugerir que a Comissão de Agricultura, não me recorde quem é o Presidente da Comissão de Agricultura na Assembléia Legislativa? A Deputada Luciana Rafagnin, Deputada de Francisco Beltrão, ligada aos interesses sobretudo da agricultura familiar, acho que também caberia a recomendação à Presidente da Comissão de Agricultura que fizesse também uma audiência pública, convocando as entidades que têm a ver com o setor envolvido na questão da agropecuária. Acho que assim nós contribuimos e muito para que o debate possa esclarecer as posições divergentes.

Acredito que a mensagem do Governo não deve estar pautada, única e exclusivamente, por questões financeiras, salariais dos funcionários. Espero que tenha um outro motivo do ponto de vista de fazer com que o Estado possa contribuir melhor para o desenvolvimento econômico e social dos paranaenses, porque se for apenas pelas questões econômicas e salariais eu acho que o debate se entristece, e acho que aí vamos incorrer em algum erro do ponto de vista da transformação dessa entidade que já tem quase cinquenta anos de existência aqui no Estado do Paraná.

A minha sugestão, Deputada Luciana Rafagnin, é que também a Comissão de Agricultura e o Bloco Agropecuário participem, de forma ativa, desse debate de transformação da EMATER, que é uma instituição importante para o desenvolvimento da agropecuária, no Estado do Paraná, numa autarquia. Se for acatada, é que convoquem um debate, convoquem as entidades, os sindicatos de produtores rurais, a FETAEP, os sindicatos representantes da EMATER, enfim todas as entidades para que venham a esta Casa discutir.

Essas eram as duas observações que eu queria fazer.

Concedo o aparte à Deputada Luciana Rafagnin, com todo prazer.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Muito obrigada, Deputado Ângelo Vanhoni.

Quero dizer que já acatamos a sua proposta, é uma preocupação que esta Deputada tem, até como Presidente da Comissão de Agricultura.

Conversávamos hoje pela manhã com lideranças e funcionários da EMATER e realmente a nossa preocupação vai no sentido de que possamos debater e muito esse assunto. Não podemos votar no afogadilho. Precisamos

conhecer bem todo o processo, o que realmente vai acontecer depois da autarquia da EMATER.

Até conversamos com o Deputado Durval no início desta Sessão e ele colocava que a CCJ vai estar chamando para uma audiência pública para o dia 17. E nós, como Comissão de Agricultura, vamos participar dessa audiência pública. E posteriormente estaremos chamando mais lideranças, ouvindo tanto a parte do Governo do Estado, como também pequenos agricultores, representantes da agricultura familiar. E também junto com isso os funcionários da EMATER. Queremos que seja um assunto bem debatido para que possamos ter muito esclarecimento antes de votarmos esse projeto.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Estamos aceitando a sua reivindicação. E provavelmente entre hoje e amanhã estaremos fazendo esse convite ao Presidente do IBAMA, Marino.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Acho que esse debate interessa a toda a Assembléia. É uma questão importante, essas unidades atingem áreas do Paraná, áreas importantes. Atingem áreas de Santa Catarina. É importante que façamos esse debate o mais aberto possível.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Nobre Deputado Vanhoni. Com relação à audiência pública que realizaremos com a participação de todos os Deputados, com a participação da Deputada Luciana em relação à EMATER, também quero comunicar ao amigo e aos Deputados, que estamos convidando o Vice-Governador do Paraná, o ex-Deputado Orlando Pessuti, Secretário da Agricultura, órgão que vincula a EMATER para que ele esteja presente no próximo dia 17, na outra terça-feira, para debatermos à exaustão esse assunto da autarquia.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, se tem essa extensão o debate que V. Exa. está propondo, solicito que a Comissão de Justiça estenda o convite também para as entidades que representam os pequenos agricultores, que representam os agricultores de forma geral e que representam os funcionários.

Não sei se é da sua extensão fazer um debate dessa amplitude?

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Estamos fazendo o convite a várias entidades, inclusive à FETAEP, à FAEP, a várias entidades de classe. Mas seria conveniente que a Deputada Luciana pudesse sugerir algumas entidades mais, para que possamos enriquecer esse debate e, claro que isso não impedirá que o debate seja levado adiante em outras comissões da Assembléia Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Não sabia da amplitude que V. Exa. estava dando para esse debate.

Parabéns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Essa Mesa quer registrar a presença do Padre Messias, Reitor do Seminário de Filosofia de Paranaguá e também está acompanhado pelo seminarista Mauro Sérgio, a pedido do Padre Paulo. Esta Casa dá as boas vindas e registra a presença.

Horário da Liderança do PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É importante. Gostaria de ter a atenção do Deputado Stica. Recebo aqui agora, neste momento, um e-mail da região de Palmas, onde fala da questão da audiência pública do Parque que está sendo criado lá e das irregularidades que o IBAMA vem cometendo. Não estou conseguindo ser ouvido pelo petroleiro Stica. Certamente, gostaria de ter a sua atenção para que o Deputado entendesse melhor a questão, porque já está marcado, Deputado Isfer, para o dia 19 de maio, a assinatura do decreto presidencial.

Além disso, Deputado Anibelli, V. Exa. que tem fazenda ali por perto de Clevelândia tem que ter muito cuidado, por quê? Serão desapropriados 14.928 hectares, só no Município de Palmas. Não estou falando dos outros municípios que são vizinhos, então chega lá perto das fazendas do Anibelli.

Mas, a questão principal, quando levantada aqui pelo Deputado Jocelito, ela é um pouco diferente da questão de Ponta Grossa. A questão de Ponta Grossa é um trabalho mais em cima da araucária e, na questão de Palmas é mais em cima da proteção do papagaio-de-peito-roxo.

Então, para quem conhece o papagaio-de-peito-roxo, Deputado Jocelito, ele não fica no campo, fica na floresta. Aqui vem a sugestão, por isso das audiências públicas que infelizmente não houve clima e daí faltaram com a verdade. Disseram que houve agressão, não houve agressão.

Por isso, Deputado Stica, a nossa indignação. Queremos preservar o papagaio-de-peito-roxo. A população de Palmas, de General Carneiro, do Oeste, a população do Sul quer preservar o papagaio-de-peito-roxo. Mas, o papagaio-de-peito-roxo, ele se instala nas florestas. E as florestas não estão nos campos de palmas, estão às margens do Rio Chopim e do Rio Irati.

Se quiserem essa preservação terão que ouvir a população. Porque disse muito bem o Deputado Nelson Justus: “isso deve ser alguém lá em Brasília, que está sobrando tempo e é um sonhador. Desde que seu holerite venha no final do mês, vamos criar aqui um parque. Aí ele coloca no computador e cria toda essa situação”.

Aqui me escreve um cidadão que diz que a sua propriedade é a sexta geração e, assusta-me porque está marcado o dia que o Presidente da República vai assinar o decreto, sem as audiências públicas, sem ouvir os proprietários que têm até as sugestões: querem proteger o papagaio-de-peito-roxo. Há como proteger o papagaio.

Olha gente, o maior exemplo foi o Pará e eu defendo essa tese há muito tempo, Deputado Stica, de que o Paraná precisa um plano da questão florestal e que se pegue o mapa das regiões e diga: aqui não se mexe mais. Aqui vocês podem trabalhar. Aqui tem que ser preservado.

Fazer uma demarcação no Estado do Paraná compatível com a realidade econômica das regiões. Isso vai dar oportunidade para que o proprietário preserve. Mas vai dar oportunidade para que o proprietário possa trabalhar.

O que está acontecendo hoje, é que há um completo desentendimento entre a Secretaria do Meio Ambiente, IAP, IBAMA, e quem está mandando hoje são as ONG's. Quem manda são as ONG's, hoje no Brasil. E a Marina Silva, agora a nossa Ministra está liberando quarenta milhões para as ONG's.

Digo para os senhores o seguinte: sou um plantador, um pequeno reflorestador. Estou a fim de vender minhas propriedades e me associar a uma ONG dessas, ver quanto vou ganhar por mês, porque vou viver mais tranquilo e vou cuidar do papagaio-de-peito-roxo.

Tenho certeza absoluta que ninguém melhor que eu, às margens do Rio Chopim e do Rio Irati, vai cuidar do papagaio-de-peito-roxo. Sei o que ele come. Sei onde faz seu ninho. Sei onde ele voa. Sei onde ele senta. Ele não vai sentar no meio de um campo. Ele vai sentar num pinheiro araucária, na imbuia, na canela, nas árvores que dão fruto para ele se sustentar.

Agora, o cidadão que quer criar esse parque, tenho certeza absoluta que não conhece Palmas, não conhece a porteira do Sudoeste, não conhece o Sul e não conhece a realidade econômica dessa região!

Não estou fazendo defesa em causa própria, Deputado Stica, desculpe-me ter sido um pouco agressivo com V. Exa., mas V. Exa. disse que estávamos tratando da questão de forma irresponsável. Não é verdade. Eu, com 52 anos, plantei tudo o que tenho naquela região. E não sou só eu. São Milhares de proprietários como eu que plantaram todo seu futuro lá, para as próximas gerações. E agora não pode vir alguém que não conhece nada da nossa região, ditar normas.

Por isso é que precisa ter audiência pública! Ninguém melhor que os técnicos da nossa região para dizer

aos técnicos do IBAMA o que deve ser feito, como é que vamos preservar o papagaio-de-peito-roxo!

Também quero dizer o seguinte: estão criando uma situação que para mim é até confortável. Na verdade, estão criando uma situação difícil para os Deputados do Governo que lá atuam politicamente, porque não tem mais como explicar.

Disse o Deputado Rafael Greca, que falou da cidade. Mas nós vamos falar do campo. Sabe o que está acontecendo hoje com a araucária? A araucária, o pequeno agricultor, que tem o local aonde tem a inverno, que nós dizemos, que é onde fica o seu rebanho, ao nascer um pé de araucária ele passa a foice! Sabe por quê? Porque se ele deixar aquele pinheiro araucária crescer ali, amanhã ele não vai mais poder usar aquela terra.

Então, o que é que precisa neste momento? Bom senso! Nem o agricultor precisa passar a foice na araucária recém-nascida e nem o Governo precisa chegar ao extremo, como está chegando. Porque o extremo traz prejuízo para as duas partes. E nós vimos dizendo isso há muito, muito tempo. Lá no Sul e no Sudoeste, que conhecemos bem, se o Governo demarcar algumas áreas, desapropriar, nós concordamos. E há áreas maravilhosas, aonde se consegue, de uma ponte de dez metros de altura, olhar na água do rio e enxergar a pedra. A água é clara. A água é transparente. Isto nós queremos preservar. Agora, nós também queremos continuar trabalhando. Faz dois anos e meio que não se refloresta na região Sul e Sudoeste do Paraná! Não reflorestando, daqui a dez anos não gera emprego.

Esta é a razão. E, por favor, os senhores que são do PT, liguem ao Presidente Lula e alertem. Depois que ele baixar o decreto, criando esse parque, está criando um problema interminável.

E outra coisa: como é que vão fazer? Vão desapropriar, vão pagar, o que vão fazer? Quanto vão pagar? Tudo isto tem que ser discutido.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Rossoni, este assunto é palpitante porque mexe com a economia do Paraná. V. Exa. falou da área que será conservada em Palmas, quatorze mil e poucos hectares, mas agregado a General Carneiro são dezesseis mil e oitocentos hectares, uma área contínua, no total na verdade do Paraná serão cem mil hectares. É algo preocupante, isso dá quarenta mil alqueires, é uma extensão significativa. E de todas as áreas de conservação a mais preocupante, todas são palpitantes e motivo de discussão, mas a de todas é a de Palmas, porque é exatamente o território com área produtiva, que tem pouquíssima reserva florestal nativa dentro dessa área que o Governo quer declarar como conservação permanente.

Então, quer dizer pouquíssima área de preservação nativa, área agricultável. É preocupante, eu sei que não houve audiência pública em Palmas, não houve discussão com a comunidade, é um negócio imposto de cima para

baixo. V. Exa. está trazendo uma preocupação que é de toda a comunidade de Palmas, da região, e que deve ser de todos nós, eu acho que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná precisa participar de forma uniforme nessa discussão, quer dizer, de forma incisiva, porque senão o Paraná vai perder, deixar de produzir quarenta mil alqueires no nosso Estado de terras agricultáveis em nome de uma causa nobre, naturalmente, mas, é preciso discutir isso.

Estou de acordo com o pronunciamento de V. Exa. e parabeno, acho que nós temos que tomar uma atitude, talvez até com a Comissão de Meio Ambiente, fazer uma audiência pública, e nós, da Assembléia Legislativa, chamarmos à discussão para tentarmos ajudar a criar uma luz, porque hoje a comunidade que está sendo atingida está desesperada.

O Sr. Natálio Stica (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, V. Exa. tem razão na sua preocupação, e eu em momento nenhum disse que nós não queríamos discutir, pelo contrário, eu falei que tem que ter audiência pública, que lá não deixaram acontecer, e que tem que discutir o assunto. E disse aqui quando V. Exa. usava a tribuna pela primeira vez, que tem erro sim, inclusive por parte do IBAMA, e por isso é bom que o Marino venha aqui para explicar por que tratam o Paraná como se fosse o Pará, não pode, o Sul do Brasil tem uma diferença de tratamento da nossa Amazônia, que é rica e que tem uma parte muito grande de salvas, que não é mais o nosso caso.

Mas o que precisa estabelecer em nome da verdade é a discussão que até agora não aconteceu e V. Exa. traz em boa hora, por isso a sugestão, Deputado Vanhoni, acredito, com a comissão aqui desta Casa, ouvindo um representante do IBAMA no Estado do Paraná, que nós possamos, a bom termo, trazer com responsabilidade essa discussão. No mais fechamos com certeza em defesa do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se existisse boa vontade de quem está criando o parque, ele já teria se dirigido a esta Casa que representa o povo do Paraná, e ter debatido conosco.

Dia 19 de maio estará assinado o decreto. Deputado Natálio Stica com seu prestígio, telefone para o Presidente Lula e peça para esperar, porque estão colocando ele numa fria.

O Sr. Marcos Isfer (PPS)

O importante que se diga é que essas audiências públicas foram feitas de surpresa. Lá disseram que o valor a ser remunerado pelas áreas seria da terra nua, diferente do critério do INCRA. E o que é pior, era sorteio das perguntas a serem respondidas. Os proprietários

não foram convocados. Fico muito a vontade de defender, porque não sou proprietário de terras, mas defendo aquele que preserva e produz neste país.

É importante que o IBAMA venha e diga quais foram os critérios. Foi muito mais o uso do cachimbo fazendo a boca torta e a velha prerrogativa que se tem utilizado, o Governo passar com prepotência por cima da sociedade.

Isso, acredito, a população do Paraná não vai deixar acontecer.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Os Deputados do PMDB precisam levar essa preocupação, porque amanhã vem a Cabo Branco e se o Governador der o apoio amanhã, dia 19 estará assinado o decreto e não vai adiantar querermos audiência pública.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

O Deputado Nereu Moura deu uma sugestão que acho interessante, mas não há mais tempo.

Estão fazendo é o seguinte: é o mesmo que você desapropriar uma fazenda para separar uma vaca.

Estão desapropriando, mas o termo é expropriação, porque pagar o valor da terra nua é uma expropriação, 440 reais o hectare. Chega perto do absurdo. E não há tempo. Vai ser dia 19.

Estão tratando a mata atlântica como se fosse área virgem. Estão pegando propriedades inteiras de cultivo e desapropriando como se ali tivesse mata. Se quiser ter araucária ali vai ter que plantar. E se for plantar, vamos fazer um programa de reflorestamento e não precisa desapropriar.

O que não pode é fazer como feito na reserva indígena lá de Palmas. Veio um antropólogo e disse que a área era dos índios expropriaram aquela área e tiraram todas as pessoas que estavam ali, mesmo a área não tendo sequer uma árvore.

Não temos tempo. Só um telefonema do Governador Roberto Requião, do Governador de Santa Catarina para o Presidente Lula. Uma mobilização política para que possamos resolver esta situação, porque não irá dar tempo. Depois de decretado a expropriação ou desapropriação, aí é só a Justiça que pode resolver. Não tem mais o que fazer. Então, temos que correr contra o tempo.

Desculpa se lhe tomei muito tempo.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Concede um aparte Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, o Parque Nacional dos Campos Gerais proposto entre Ponta Grossa e Carambeí; a Reserva Biológica das Araucárias proposta entre Imbituva, Ipiranga e Teixeira Soares; a Reserva Ecológica das Perobas proposta entre Cianorte e Tuneiras do Oeste; o Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi na região de Palmeira, Ponta Grossa, Ipiranga, Imbituva e o Refúgio de

Vida Silvestri dos Campos de Palmas, como diz o Deputado Nereu, compõem perto de quarenta mil alqueires.

Eu não acredito em preservação por imposição. Eu fui o Prefeito de Curitiba que mais salvou bosque (99 bosques em Curitiba de araucária nativas) e casas históricas (350 unidades de interesse de preservação). Além disso, eu decretei a preservação das araucárias individuais, mas fiquei depois em dúvida porque tinha velhos que cortavam os pinheiros que haviam plantado de medo que o seu terreno perdesse o valor. Então, tenho um pouco de medo e acho que ninguém nesta Assembléia praticou mais a preservação do que eu.

Tenho medo dessa intangibilidade dessas reservas biológicas e parques nacionais. Acho ameaçador, por exemplo, que o IBAMA venha dizer que quer tirar o Hotel das Cataratas para fazer lá um museu porque trinta bichinhos morreram, ao longo de dez anos, atropelados de noite por carros que iam e vinham entre o Hotel das Cataratas e a porta do Parque Nacional. Ora, é possível fazer túneis embaixo da estrada, os bichos vão procurar o túnel ao invés de procurar o asfalto. Os bichos não gostam de asfalto.

Agora, essa visão de transformar o Brasil num horto florestal, transformar o Paraná num horto florestal, é arcaica, é cretina, porque só o que salva é o desenvolvimento sustentável, a idéia de pôr na cabeça das pessoas à beira da mata das perobas que elas podem usar aquilo para ganhar dinheiro para o ecoturismo; pôr na cabeça dos fazendeiros da reserva proteção do Rio Tibagi que eles devem usar aquilo para o ecoturismo; pôr na cabeça dos que moram nos campos de Palmas que é preciso preservar os pinheirais para os que vão nascer.

Se há uma mentalidade arcaica de forças do atraso entre essas pessoas, isso pode ser revolido por incentivos fiscais e deve ser resolvido por instrumentos, como por exemplo, eu criei aqui o solo criado. Não pode construir no lugar da catedral? O bispo constrói, vende o arco em cima da catedral, cada dez anos, e aplica o dinheiro na conservação da catedral. Até a catedral de Curitiba se não tivesse segregação de valor já teria caído.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu agradeço o aparte e encerro, Sr. Presidente o meu pronunciamento...

O SR. CESAR SELEME (PP)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

Se houver necessidade e com a permissão do Deputado Duílio Genari, nós podemos ceder o tempo do PP por ser um assunto tão importante para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a compreensão porque não é permitido por questão regimental.

Peço ao Deputado Rossoni que conclua.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Na verdade, Sr. Presidente, peço apenas um minuto para encerrar. O assunto é palpitante, o assunto é urgente, urgentíssimo. Há necessidade de se tomar uma posição.

Pelo que estou vendo aqui não tem cunho partidário, aqui tem cunho de interesse da população do Paraná e disse muito bem o Deputado Rafael Greca com a sua inteligência.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Sei que o tempo está esgotado, nas pediria a permissão do Presidente para dizer o seguinte: como o Deputado Ângelo Vanhoni pediu uma audiência com a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, talvez como se trate de um assunto muito importante e para ser resolvido o mais breve possível, só que ele deixou o plenário porque tem uma reunião fora, mas quem sabe se nós conseguíssemos conversar com o Diretor do IBAMA, o Marino, e trazê-lo no Grande Expediente, talvez na sessão de amanhã ou depois.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Amanhã, não será possível. Poderemos convidá-lo para quarta-feira. Amanhã já teremos uma Sessão Solene, mas quarta-feira nós poderíamos fazer o convite. Vamos entrar em contato já com o Superintendente do IBAMA para ver se é possível. Acho que é um assunto de suma importância que temos que acompanhar todos os passos do que está para ser criado aí.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, para concluir o meu pronunciamento. Porque Deputado Nereu Moura, é importante deixar claro o meu pronunciamento até pelo meu posicionamento. Sou industrial reflorestador, para que fique claro que se pode sim criar esse parque de uma forma que contente ambas as partes, criar os corredores que ele quer criar e pode-se, mas não com esse volume de terra porque senão vai inviabilizar todas essas regiões aonde estão sendo criados esses parques.

Então, cautela nessa questão é muito importante. E o que nós precisaríamos na verdade, e aí é falha do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, precisamos de tempo. O que não pode é baixar o decreto dia 19 de maio, aí vamos ficar aqui chorando o leite derramado.

Agradeço a compreensão do Presidente, agradeço os apartes, mas o Paraná precisa se posicionar firmemente nesta questão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Entendo que já terminou o tempo do Deputado Valdir Rossoni, ouvi aqui a proposta do Deputado Francisco Bühler, mas acho o seguinte: não tem como nós trazermos aqui o Superintendente Regional do IBAMA, o Marino. O Marino não vai conseguir resolver nada para nós.

Nós temos que tentar, Sr. Presidente, de uma forma ou de outra, como falou o Deputado Rossoni nas suas últimas palavras, protelar a assinatura do decreto que vai estabelecer essa reserva. Porque assinado o decreto, nós

entraremos numa outra situação. Então vejo o seguinte: não há tempo para trazer o IBAMA aqui, para discutir se é viável, se não é viável, se temos que fazer o corredor da biodiversidade, o que temos que fazer com relação à questão da reserva.

Acho que temos que buscar, Sr. Presidente, trazer aqui na Assembléia quem sabe na segunda-feira, o Ministro Paulo Bernardo, quem sabe uma reunião conjunta desta Assembléia com o Ministro Paulo Bernardo, com o Governador Roberto Requião. Para que pudéssemos, aí sim, ligar para a Ministra para solicitar que seja protelada a assinatura deste decreto, porque após assinado, Deputado Scarpellini, nós sabemos que aí a questão vai apenas por via judicial. Não adianta fazermos mobilização depois do decreto assinado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

A sugestão do Deputado Augustinho Zucchi me parece ser extremamente sensata. Nós protelamos essa reunião na Assembléia para segunda-feira, Sr. Presidente, tentarmos encaixar na agenda do Ministro Paulo Bernardo talvez, a sua presença aqui no Paraná, para tentarmos encontrar um caminho para solucionar esse problema.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só gostaria de dizer que foi um pedido, uma reivindicação pelo próprio Deputado do PT, Ângelo Vanhoni.

Então, na questão do Marino e eu também acredito e concordo com o Zucchi, não totalmente, mas a importância que tem o Marino. Ele é o Diretor responsável pelo IBAMA no Estado do Paraná. Não podemos considerar a pessoa do Marino que hoje é o responsável e que deve, sem nenhuma dúvida, ser o conhecedor dessa questão. Pode ser trazido outro integrante que possa, junto com o Marino, discutir essa questão.

Mas, não abro mão que venha também o Marino junto nesse momento. Ou senão cabe à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente convocar para que seja debatido na Comissão junto com os demais Deputados essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário da Liderança do PMDB.

Liderança do Governo, Deputado Mario Bradock.

Liderança do Governo: Deputado Delegado Bradock

O SR. DELEGADO BRADOCK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou tentando fazer o possível para substituir o Líder do Governo hoje, Deputado Dobrandino, que está em Foz do Iguaçu.

Anotei aqui algumas questões. Quanto à questão da EMATER, Deputado Augustinho Zucchi, tenha cer-

teza que o Deputado Durval Amaral e a Comissão de Agricultura desta Casa deverão fazer um debate amplo e irrestrito a respeito da mudança da razão jurídica da EMATER; se passa de empresa pública a autarquia. Creio que o Governo não tenha interesse apenas na questão de salário, na questão pessoal. Deve ter outros interesses e por isso, então, a Mensagem do Governo.

Com referência aos parques, principalmente Ponta Grossa e Palmas, creio que é quase dispensável a minha opinião, visto que eméritos Deputados aqui já discursaram, inclusive o Deputado Vanhoni, Deputado Rossoni, Deputado Greca, e o Deputado Jocelito Canto, que expuseram hoje nesta Casa a nossa preocupação. Lembrando que o nosso Paraná tem dono. Não pode se chegar aqui, a bel prazer, e dizer o que nós deveremos fazer ou não. Este Estado tem dono, até porque o IBAMA feriu o artigo 5º da Lei nº 9.985/2000, que deveriam ter sido feitas audiências públicas com todas as pessoas envolvidas de ambos os lados. Então, deixou-se instalar primeiro o conflito de interesse para depois se fazer a audiência e acho que tinha que ser o contrário.

Por isso, urge com bastante brevidade que o nosso Governador e o Governador de Santa Catarina - isso tem que ser de deus para deus e não adianta ser de santo aqui que não vamos conseguir nada - ligar para o Presidente e protelar. Acho que isso talvez seja a medida cabível e mais coerente, no momento protelar a assinatura do Decreto do dia 19.

Também quero responder ao Deputado Barbosa Neto, que fez referência à Secretaria da Segurança do Estado do Paraná, com referência ao nosso Secretário Dr. Luiz Fernando Delazari. Ele me informou por telefone que não deu nenhuma entrevista à Folha de Londrina, da qual saiu uma reportagem dele criticando o atual Procurador da PIC, sendo que ambos são do mesmo parquê e não deveria haver nenhuma divergência entre as duas autoridades no momento. E também dizer que algumas questões que envolvem o Secretário provavelmente ele, dentro do tempo necessário, do tempo plausível, estará explicando a toda comunidade paranaense essas divergências que estão havendo em torno de seu nome.

Com referência ainda à questão ainda à questão da indenização das armas, como Vice-Líder do governo informo aos Srs. Deputados, principalmente ao Deputado Durval Amaral que não se encontra no momento, que faremos um ofício à Secretaria da Segurança, pedindo informações a respeito do pagamento ou não dessas indenizações das armas que foram entregues voluntariamente pelas pessoas aqui do Paraná.

Quero também informar ao Deputado Durval e ao Deputado Barbosa Neto que a polícia, desde que se instalou aqui no Paraná - a Polícia Civil e a Polícia Militar - não havia necessidade nenhuma de lei que buscasse a apreensão de armas. Em todos os instantes as polícias Civil e Militar cumpriram com as suas obrigações: pegou a pessoa armada indevidamente, a polícia fez apreensão. Não há corpo mole, em hipótese alguma, de nenhuma das

polícias aqui do Estado do Paraná, pelo menos, em apreender armas. Se a arma está ilegal ou está de maneira irregular, todas as vezes a polícia apreendeu, independentemente de indenização de R\$ 100,00 ou de R\$ 200,00, seja lá os reais que sejam. Ela trabalha, é a função da polícia e a polícia tem feito.

Com referência ainda às questões de Diamante do Sul e Quitandinha, posso responder também. Em Diamante do Sul, o responsável pelo Município é a Comarca de Laranjeiras do Sul, no que diz respeito à Polícia Civil e com referência à Polícia Militar, Cascavel. Então, é atendido. Logicamente que há uma falta de efetivo, tanto na Polícia Civil como na Polícia militar, para que tenha em cada Município efetivamente um destacamento da Polícia Militar ou um contingente da Polícia Civil. Infelizmente nós não temos na nossa para de segurança hoje, elementos suficientes área atender a todos os percalços da segurança pública. E com referência à Quitandinha, fui Delegado em Rio Negro e Quitandinha pertencia, na época, à Comarca de Rio Negro, hoje pertence a Comarca de Fazenda Rio Grande. Também naquela época não havia Delegado. Havia e aqui me somo ao Deputado Anibelli e aos outros Deputados, a questão do delegado calça-curta. Não é ideal, mas resolveria em parte uma situação que está se agravando dia-a-dia, com referência a esses municípios pequenos.

O que seria interessante é que todos nós, Deputados comunicássemos ao nosso Governador que seria muito útil e necessário a criação do delegado 5ª classe, onde esses delegados em início de carreira serviriam a esses municípios, que não são comarcas, evitando a questão do calça-curta. Se bem que da maneira como a segurança pública está se processando no país como um todo, não vai levar muito tempo, vai ser municipalizada. Há casos de municípios em que o Prefeito dá a gasolina, o funcionário da Prefeitura dá a comida aos presos, enfim, ajuda sobremaneira a segurança pública do Estado, que deveria ser uma função, a princípio do Estado, o município já o faz. Mesmo em regiões onde existe Comarca, as Prefeituras e quase todos os municípios do Estado do Paraná e de todo o Brasil ajudam ansiosamente na questão da segurança. Há de ser ver isso mais tarde.

Também estou aqui hoje falando da questão da EMATER e da PIC, que já foi falado, das armas, dos delegados calças-curtas. Eu só queria terminar dizendo que senti com preocupação essa questão dos parques e me somo a todos os colegas Deputados. Acho que é necessário entrarmos urgentemente em contato com o Governo Federal. Não adianta entrarmos com o IBAMA, aqui no Paraná, porque ele não vai ter autoridade e competência suficiente para decidir sobre as questões dos parques que estão aí, como diz o Deputado Nereu Moura, quarenta mil alqueires que poderão ser de uma hora para outra indisponibilizados, para a produção do nosso Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para informar aos Srs. Parlamentares, que entramos em contato agora com o Marino, que é Superintendente do IBAMA. Ele estará à nossa disposição amanhã, às duas e meia da tarde, aqui no Plenário. Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Amanhã, não, Sr. Presidente. Amanhã, nós convidamos o Presidente do Instituto Cervantes, o Embaixador e o Cônsul da Espanha, para uma comemoração da instalação do Instituto Cervantes no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Realmente está marcado esse compromisso com V. Exa. Acho que poderíamos dispensar alguns Parlamentares, principalmente os Deputados da Comissão de Meio Ambiente, para recebê-lo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Se fizer no plenarinho, tudo bem. Senão pode marcar para depois de amanhã, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faremos isso. Porque depois de amanhã o Superintendente não teria condições, por ter um compromisso assumido no Rio de Janeiro.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu iria dar a mesma sugestão que o Deputado Rafael, que fizéssemos no mesmo horário essa audiência no plenarinho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fazemos no plenarinho. Não há problema nenhum.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a compreensão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Parecer nº 085/2005-PG, de autoria da Procuradoria Geral desta Casa de Leis, constante do expediente, em resposta à Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Nereu Moura, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 485/2004 - Mensagem nº 37/2004.

Recebida. À **Diretoria de assistência ao Plenário, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1255, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se no dia 09 do corrente mês, para realização de viagem a Foz do Iguaçu/PR, a fim de participar da COPA-2005 da VI Assembléia Geral de Confederação Parlamentar das Américas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1266, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando passagens e diárias para acompanhar Prefeitos dos Campos Gerais a Brasília, para audiência com os Ministros da Agricultura, Planejamento e Turismo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1269, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para viagem à Brasília, no período de 10 a 12 deste mês, atendendo convite da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1278, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se em função de viagem a Brasília-DF, para tratar de assuntos de interesse desta Casa de Leis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem a ser levantada.

Está entrando, praticamente, em pauta, já, nas Comissões, a questão EMATER, e existem dois projetos na Casa, os dois com regime de urgência: um é o 709, o outro 484, que na verdade tratam da mesma questão. Nesse 709, não, nº 044 a mensagem, trata o Poder Executivo a proceder à transformação, fusão e extinção, e alteração de personalidade jurídica da empresa EMATER e

outras como CLASPAR, CODAPAR e MINEROPAR. Esse projeto está em regime de urgência. Agora vem um outro projeto que prejudica, está prejudicado pelo projeto anterior, que pede para transformar a EMATER em autarquia.

Sr. Presidente, nós precisamos de uma definição do Governo, qual dos dois projetos nós vamos debater nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade os dois estão em regime de urgência. Eu acho que a Comissão de Constituição e Justiça tem poderes para anexar os dois e dar um parecer unificando os dois em um único parecer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É importante alertar aos Srs. Parlamentares que o primeiro projeto é muito mais abrangente; não é apenas a EMATER, é a CLASPAR e a CODAPAR.

Então, é muito mais complicado que somente a EMATER.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é fundamental que, por se tratar de duas mensagens do Governo, o Governo se pronuncie sobre qual mensagem, ele quer ver votada aqui na Assembléia Legislativa.

Nós não podemos, na CCJ proceder à anexação, até porque isso é da competência do Departamento Legislativo; nós podemos devolver as mensagens para que o Departamento Legislativo proceda à anexação, mas pode parecer que não são muito semelhantes às mensagens, mas não o são: uma é específica com relação à EMATER, e a outra se refere a outras entidades mais da administração indireta do Estado, razão pela qual seria importante que V. Exa. solicitasse ao Governo do Estado qual é, efetivamente, a mensagem que quer ver votada com a urgência que se apresenta no momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos entrar em contato com o Poder Executivo e colher essa informação e, depois, posteriormente, comunicaremos aqui ao Plenário.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Muito obrigado!

Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da taxa de Certidão da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta Sessão emendas aprovadas em 2ª discussão. É uma Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça. Está em discussão a emenda. Se V. Exa., Deputado Rafael Greca, quiser ter conhecimento da emenda da CCJ, da emenda substitutiva. “Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de pagamento de taxa no fornecimento de certidão negativa da carteira nacional de habilitação, quando a mesma for exigida com requisito para seleção de emprego”.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu concordo com o teor da emenda, embora peça a atenção, mais uma vez, para a Comissão de Constituição e Justiça, porque junto ao meu projeto de lei há um forte arrazoado de que é competência desta Assembléia autorizar e definir isenção de taxa e até interferir no processo tributário do Estado. Não tem porquê de a Comissão de Constituição e Justiça ficar o tempo todo fazendo um serviço para o Poder Executivo, no sentido de ignorar as prerrogativas da Assembléia.

A Assembléia tem prerrogativa constitucional para opinar sobre isenção de taxas e para defender a população no sentido de que se evite, por exemplo, a iniquidade, que foi objeto de veto do Sr. Governador, outro dia, e que uma pessoa que vai pagar a taxa do DETRAN para requerer auxílio-doença, tenha que pagar a taxa do DETRAN de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), quando ela está em uma situação de profunda necessidade.

Eu não imagino gente rica requerendo auxílio-doença. Eu vi um miserável atropelado na TV Globo auxílio-doença e não tinha dinheiro para pagar a taxa de ocorrência do DETRAN. Eu estou fazendo a mesma coisa nesses dois projetos de lei - eles se reportam a empregabilidade. A idéia é pedir que o DETRAN isente desempregados do processo de taxação. O DETRAN está devolvendo dinheiro para o DER, está sobrando dinheiro do DETRAN! Eu não imagino por que ele tenha que operar no sentido de cobrar e taxar os pobres. É uma iniquidade que nem condiz com a biografia do Governador Requião que é profundamente aberto para as questões de justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação a emenda substitutiva. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a emenda substitutiva, queiram levantar-se.

Trinta e um Srs. Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam a emenda substitutiva, queiram levantar-se.

(O Sr. Presidente não anunciou o número de Deputados que rejeitam)

Está aprovada a emenda.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a gratuidade da emissão da Certidão de Antecedentes Criminais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2005, de autoria da Comissão Executiva, que insere inciso XIII no parágrafo 1º, do artigo 33 da Resolução 01/2005, que versa sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, se V. Exa. pudesse pedir ao 1º Secretário que fizesse a leitura do que significa este item.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na última Sessão estava publicada esta alteração que estamos fazendo. É para que possamos enquadrar os funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no Sistema Previdenciário do Estado.

Em votação. **Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Paraná, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/2003, de 28.10.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 651/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública

a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que integra ao Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, o trecho rodoviário do Contorno Sul (Anel Viário) na sede municipal de Marechal Cândido Rondon. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 011/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do nobre Deputado Elio Rusch, tem por objetivo integrar ao Sistema Rodoviário do Estado, o trecho rodoviário do Contorno Sul (Anel Viário) no Município de Cândido Rondon.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça encontrou no que dispõe o artigo 133 da Constituição Estadual - que trata da iniciativa privativa do Poder Executivo - impedimento para o prosseguimento da proposição nesta Casa de Leis.

Conclusão.

Sendo assim, apresentamos Emenda Substitutiva Geral ao presente projeto, visando sanar o impedimento constitucional do mesmo.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

AO PROJETO DE LEI Nº 011/2005

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a integrar ao Sistema Rodoviário do Estado, o trecho rodoviário do Contorno Sul (Anel Viário), no Município de Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 011/2005

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo integrar ao Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, o trecho rodoviário do Contorno Sul (Anel Viário), na sede municipal de Marechal Cândido Rondon.

Esta Comissão chamada a opinar, quanto ao mérito da iniciativa do ilustre Deputado, verifica que de acordo com o artigo 133 da Constituição Estadual, a iniciativa para tal propositura deve partir do Poder Executivo, pois este pequeno trecho (seis quilômetros) não integra o Sistema Rodoviário do Estado, e o mesmo atende ao tráfego de veículos de duas rodovias estaduais PR-495 e PR-467, portanto, não pode ficar com a municipalidade a responsabilidade de manter e recuperar tal trecho.

Pelo exposto, favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

WALDIR LEITE - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que denomina Engenheiro Agrônomo Oscar Figueiredo Filho, a Rodovia PR-542, entre os Municípios de Guaraci, Nossa Senhora das Graças e Colorado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16.02.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 017/2005

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa da nobre Deputada Cida Borghetti, que denomina Engenheiro Agrônomo Oscar Figueiredo Filho a Rodovia PR-542, entre os Municípios de Guaraci, Nossa Senhora das Graças e Colorado.

Nenhuma irregularidade relacionada com as matérias que, regimentalmente, devem ser apreciadas pela Comissão está presente na proposição, razão pela qual o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação da proposição, viabilizando-se assim sua tramitação.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 017/2005

P A R E C E R :

De autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo denomina Engenheiro Agrônomo Oscar Figuei-

redo Filho a Rodovia PR-542, entre os Municípios de Guaraci, Nossa Senhora das Graças e Colorado.

Esta Comissão chamada a opinar, quanto ao mérito da iniciativa, observa, conforme menciona a sua justificativa, que tal proposta está embasada na elevada gratidão que a comunidade possui à pessoa que pretende homenagear, pelo mesmo ter contribuído para o desenvolvimento pessoal de muitos trabalhadores da região de Colorado e cercanias.

Verificamos também que de acordo com a certidão negativa do DER, nada consta a respeito de denominação do trecho em pauta.

Pelo exposto, favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
WALDIR LEITE - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/2005, de autoria da Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assis Chateaubriand - APAE, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2005, de 04.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 148/2005

P A R E C E R :

A presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão declara de Utilidade Pública a APAE de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2005, de autoria da Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária das Mulheres do Bairro Alto, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 023/2005, de 06.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/2005

P A R E C E R :

A presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública

a Associação Comunitária das Mulheres do Bairro Alto, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2005, de autoria da Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Pró-Pinhais do Promoção Humana, com sede e foro no Município de Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 172/2005

P A R E C E R :

A presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Promoção Humana, com sede e foro no Município de Pinhais.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2005, de autoria da Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Assistência Social Boas Obras de Campo Mourão - ASBOCAM, com sede e foro no Município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 028/2005, de 18.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 193/2005

P A R E C E R :

A presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Boas Obras, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Indicações)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 015/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Inácio Martins ao Distrito de Guará (PR-364). **Aprovada.** (Publ. no DA nº 035, de 02.05.2005).

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 016/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que propõe a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Altamira do Paraná a Palmital. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 035, de 02.05.2005).

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1256, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1257, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1258, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1259 a 1261, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1262, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1267, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1271 e 1276, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1272 a 1277, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1273 e 1274, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1275, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1279, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1280 e 1281, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Barbosa Neto, Durval Amaral e José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passo a responder a Questão de Ordem formulada pelo Deputado Nereu Moura no dia 4 de maio, em relação ao Projeto de Lei Complementar 485/2004, oriundo da Mensagem 37/2004.

(Lê):

PARECER Nº 085/2005-PG

Ref. Consulta Projeto de Lei Complementar nº 485/2004

Senhor Presidente:

Esta Procuradoria, em atendimento ao despacho de V. Exa. acerca da Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Nereu Moura, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 485/2004 - Mensagem 37/2004, tem a se manifestar na forma que segue:

Referido projeto de lei, tramitou na forma legal e regimental, sendo aprovado com suas emendas e encaminhado à Redação Final.

Conforme consta da Ata do dia 03 de maio de 2005, a Redação Final recebeu 22 votos a favor e onze contra sendo, portanto, aprovado. Contudo o Deputado Valdir Rossoni questionou a necessidade de maioria absoluta para aprovação de projetos, de forma que, após uma breve suspensão de sessão, foi efetuada a leitura do artigo 69 do Constituição Estadual e 162 do Regimento Interno decidindo-se pela rejeição integral do projeto.

Esta rejeição ao projeto de lei complementar motivou a Questão de Ordem, suscitada pelo Deputado Nereu Moura, apresentada na Sessão do dia 04 de maio, conforme orientação da Mesa, que ora se encontra sob análise. É o breve Relatório, sobre o qual passamos a nos manifestar.

Duas são as questões que emergem e sobre as quais direcionamos nosso raciocínio: em primeiro plano o questionamento sobre a exigência ou não de quórum qualificado para a aprovação da Redação Final e, posteriormente; a possibilidade de se rejeitar o Projeto todo durante a votação do texto final.

Sobre o quórum exigido, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 69, prevê:

“Art. 69 As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa.”

Esta disposição é repetida no artigo 162 do Regimento Interno:

“Art. 162 Os projetos de lei complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.”

O quórum qualificado (maioria absoluta) foi observado nas três discussões do projeto de lei complementar, sendo aprovado inclusive com suas emendas. Portanto, o procedimento legislativo foi rigorosamente seguido, com observância às exigências legais para aprovação do projeto. Pela aprovação do projeto entende-se aprovado o seu conteúdo, a substância da futura lei e que revela o seu espírito e a vontade do legislador.

Cumpra esclarecer que o Regimento Interno silencia sobre a questão do quórum mínimo, não exigindo quórum qualificado para aprovação da redação final. Prevê o Regimento Interno desta Casa sobre o tema que:

“Art. 147 Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas para a Comissão de Redação, após a elaboração na devida forma, será impresso e distribuído em avulso aos Deputados, entrando na Ordem do Dia, a fim de ser discutida, imediatamente, a redação final”.

“Art. 185 Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto”.

“Art. 186 Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagens, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.”

Se a lei não prevê a necessidade de quórum qualificado, entende-se que este fato não foi por ela considerado especial e relevante, que merecesse a distinção, razão pela qual a redação final pode ser apreciada pela maioria simples dos parlamentares, desde que haja o quórum para a realização da sessão.

Isto se torna mais evidente quando analisamos, a seguir, a segunda questão que estampa, ou seja: a possibilidade de rejeição de todo o projeto de lei durante a votação da redação final do projeto de lei definitivamente aprovado.

A redação final do projeto serve apenas ao propósito de corrigir deficiências gramaticais ou utilização de termos incorretos que impossibilitem ou tornem difícil a compreensão do texto, sem alterar a substância de que foi aprovado em Plenário, conforme se extrai dos artigos 147, 185 e 186 do Regimento Interno. É o que pode dizer de correção para melhor compreensão do espírito da lei aprovada. Nesse sentido emprestamos o ensinamento do jurista Andyara Klopstock Sproesser, a seguir transcrito;

“Essa subfase de redação final poderá até mesmo comportar uma nova redação, não mais sobre o conteúdo do projeto. A aprovação do projeto, em um único ou em dois turnos, torna imutável o seu conteúdo no Legislativo, de sorte que qualquer nova votação que se faça, dirá respeito única e exclusivamente à forma redacional, sem alteração de conteúdo.”

...

“A redação final é a redação do finalmente vencido, vale dizer, do que restou aprovado. Essa redação deve exprimir, na forma e no conteúdo, o que foi efetiva-

mente aprovado pelo Plenário da Casa Legislativa ao final de toda a fase de deliberação.” (grifos nossos)

(Processo Legislativo, Direito Parlamentar, Andyara Klopstock Sproesser, 2ª Ed. rev. São Paulo: ALEPSO/SGP, pág. 107 e 108).

Depreende-se, portanto, utilizando-se o raciocínio lógico do processo legislativo, que a redação final é feita após a aprovação do conteúdo do projeto, servindo apenas ao propósito de sanar “incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta”, como dispõe o Regimento Interno.

É defeso, durante a votação da redação final de um projeto de lei, alterar-lhe a substância, ou efetuar qualquer modificação em sua estrutura gramatical que possa dar-lhe entendimento diversos do pretendido pelo “espírito da lei”, cujo projeto fora anteriormente aprovada.

Portanto, o entendimento desta Procuradoria-Geral é que o Projeto de Lei Complementar nº 485/2004 não pode ser rejeitado integralmente durante a votação de sua redação final, podendo somente ser rejeitada a redação que lhe foi dada se o texto infringir o disposto no artigo 186 do Regimento Interno, alterando-lhe o conteúdo ou modificando o escopo final pretendido.

E assim sendo, como o projeto de lei complementar já tinha redação final, que foi aprovada por 22 votos a favor, resta ao Sr. Presidente decidir a Questão de Ordem pela aprovação da redação final, determinando alteração dos registros (Artigo 106 do Regimento Interno).

É nesse sentido que entendemos que poderá ser resolvida a Questão de Ordem, conforme disposto no Regimento Interno: “todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.” (Artigo 104, parágrafo 1º do Regimento Interno).

É o que tínhamos a manifestar.

Em 04 de maio de 2005.

(aa) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador-Geral

ERON ABOUD

Advogado

Questão de Ordem, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Antes que V. Exa. anuncie a decisão, gostaria que V. Exa. recebesse da parte da Oposição, os argumentos de que este parecer não deva ser acatado.

Compreendo o Procurador da Assembléia, mas temos um entendimento totalmente adverso ao dele e por essa razão gostaria que V. Exa. acatasse o nosso recurso, para que depois se chegasse à conclusão final.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Até posso receber o seu recurso, mas quero esclarecer a V. Exa. e aos demais Parlamentares, que com certeza já assinaram...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, ainda não assinaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na minha decisão, V. Exa. poderá recorrer ao Judiciário, porque vou tomar uma decisão definitiva, hoje. Eu tinha assumido um compromisso perante a Casa, de decidirmos dar o parecer hoje. O nosso parecer, inclusive contrariando o que eu decidi naquela ocasião, se dá pela aprovação do referido projeto.

O referido projeto está aprovado.

O SR. VADIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, V. Exa. merece todo o meu respeito, pena que eu não posso aqui aplaudi-lo de forma nenhuma, porque pelo artigo 69, leis complementares são aprovadas por maioria absoluta da Assembléia.

Só quero aqui no meu recurso dizer o seguinte: a Constituição efetivamente dispõe que, quando da elaboração, a única diferença entre a lei complementar e a ordinária será o quórum para a aprovação.

Não há nenhum lugar no Regimento, nem na Constituição, que diga que não precisa quórum qualificado para a redação final.

Por essa razão, V. Exa. não aceitando o meu recurso, vou recorrer à Justiça.

Espero ser vitorioso, por duas razões: primeiro, porque esse projeto é inconstitucional. O que está acontecendo hoje com o Governo Federal é um absurdo, porque através de medidas provisórias tem criado cargos e tem contratados; ontem nas revistas semanais, mais de quarenta mil cargos em Comissão e, tememos por esse projeto, porque ele é amplo e vai dar autorização ao Governador do Estado a contratar quantos servidores ele bem entender, sem concurso público!

Por esta razão, Sr. Presidente, lamento a decisão desta Casa, mas reservo-me o direito de recorrer à Justiça.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de cumprimentar o douto Procurador desta Casa, pelo brilhante parecer que deu na Questão de Ordem levantada pelo Deputado Nereu Moura. O “*ius sperniandi*” (sic) é facultativo num país democrático. Parabenizamos V. Exa. e ao Dr. Ayrton.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de somar-me ao pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni.

Entendemos que a lei está em consonância com aquilo que foi votado nesta Casa. Portanto, respeito a decisão de V. Exa., que é o Líder de todos nós, nesta Casa, mas permita-nos ser um signatário deste recurso que será ajuizado pela Oposição desta Casa.

Creio que estamos tomando um precedente que não recomendamos, o fato de entrar na Justiça. Esta é uma Casa de Leis autônoma, é um Poder independente,

mas teremos, sim, que nos socorrer, é o “*ius sperniandi*” (sic) que nos faculta esta condição. Mas, vamos levar a termo aonde pudermos chegar com este nosso questionamento jurídico, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, claro que fica aqui registrado o protesto da Oposição, na pessoas dos Deputados Valdir Rossoni e Barbosa Neto.

Tenho para mim que a decisão proferida por V. Exa. narrando o parecer do Dr. Ayrton foi perfeita até antes da conclusão final. Quero só deixar registrado, não protestando, obviamente, contra V. Exa., porque todo relatório é perfeito, a situação, a jurisprudência, mas o entendimento que teve o Procurador, Dr. Ayrton, ele dispensou o quórum qualificado de lei complementar na redação final. Isto não seria possível, em hipótese alguma!

Datíssima vênica, entendo que a melhor decisão que respeitamos, no campo do Legislativo seria: não se discute a constitucionalidade e não se discute o mérito. Isto acontece na 1ª e na 2ª, como houve emendas, até na 3ª votação. Mas, o quórum de 28 Deputados, mesmo na redação final, não é dispensável!

Portanto, se houve a rejeição da redação final, mais lógico e jurídico seria, rejeitada a redação final, ser o projeto novamente devolvido à Comissão de Redação Final, porque em tese teria ocorrido alguma irregularidade, ou de ordem legislativa ou de técnica legislativa ou até mesmo no acolhimento das emendas. E, depois, ser novamente submetido a Plenário, à redação final; que com o quórum de 28 Deputados aprovaria a redação final.

Entendo que esta dispensa, modificando-se o quórum de uma lei complementar na redação final abre um precedente muito perigoso, que com toda certeza não precisaria ter sido aberto, porque em todo o resto no parecer do Procurador, é perfeito, só a conclusão acho que efetivamente elaborou um equívoco.

Mas, reitero aqui, respeitamos a decisão de V. Exa. O senhor tinha assumido um compromisso de decidir na tarde de hoje, mas acho que infelizmente se abre um precedente muito perigoso. Não podemos votar, aqui, diferentemente, como determina a Constituição Federal e o Regimento Interno, quando se trata de lei complementar, ou seja, no mínimo, 28 votos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Acho que V. Exa. tomou uma decisão correta. Agora, é impossível separar a redação final do projeto. Na minha modesta opinião, o Deputado Durval Amaral tem razão no seguinte sentido: é impossível retirarmos a redação qualificada da redação final. Mas, enfim, foi um parecer que V. Exa. recebeu.

Agora, a minha Questão de Ordem é no seguinte sentido: com relação à decisão, na minha opinião está perfeita. A única ressalva que faço é que, tendo V. Exa. na outra Sessão dado o projeto como rejeitado, ele tem que ser

feito por V. Exa. também, agora determinando, conforme diz o Regimento Interno, determinada alteração nos registros, na sua fala, para que obviamente possa ser dado como definitiva a questão de ordem resolvida por V. Exa.

Então, concordo com V. Exa. e acho que a decisão está correta. Apenas e tão somente com relação à redação final, acho que deveria voltar para a votação com quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou ler para V. Exa. e para todos os Parlamentares o meu despacho ao parecer do nosso Procurador Geral, Dr. Ayrton. Estamos tirando cópias para fornecer, tanto para a Situação quanto para a Oposição: “Recebido o protocolo de acordo com o parecer do Departamento de Apoio ao Plenário para as providências e anotações”, recomendando inclusive alteração que V. Exa. manifestou.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, a sua atitude foi das mais nobres, das mais ímpares, porque V. Exa. está tomando uma decisão com base num parecer técnico e bem fundamentado. Acho que o Deputado Augustinho Zucchi - ouvi atentamente o relato, o artigo que aqui eu não pude localizar do Regimento Interno, diz claramente: “aprovado o projeto de lei, definitivamente ele será encaminhado à Comissão de Redação Final”.

Quer dizer, o Regimento diz claramente que o projeto já estava aprovado definitivamente, aí ele é encaminhado à redação final para adequar a linguagem gramatical, enfim, tecnicamente.

Então, Sr. Presidente, acho que é inquestionável. Até estamos criando aqui uma jurisprudência nesta Casa, em outras oportunidades já tivemos problemas em votação de redação final. V. Exa. está criando uma jurisprudência para outras decisões que teremos aqui, com certeza, com o passar do tempo.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 025/2004; 006, 024 e 027/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 137, 172, 384, 496/2004; 006, 051, 064, 149 e 188/2005 e do Projeto de Lei Complementar nº 487/2004.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
08ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Luiz Carlos Martins. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 417/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa, lido pelo Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 472/2004, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 07/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca, sugerindo arquivamento, lido pelo Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 09/2005, de autoria do Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL dos Deputados Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 19/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 83/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Elton Carlos Welter e Reni Pereira; 07) Projeto de Lei nº 87/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Ailton Araújo SOLICITA VISTAS - Concedidas pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 94/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO, com voto contrário do Deputado Elton Carlos Welter; 09) Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 171/2005, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Ademar Traiano SOLICITA VISTAS - Concedidas pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 75/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos

Welter - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 496/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 42/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 60/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 64/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 80/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 106/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 128/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 148/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 149/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão - altera os dispositivos da Lei nº 5258/66. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 160/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 169/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 172/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 173/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 188/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 193/2005, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 173/2005, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 543/2003, 040/2004 e 074/2005, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio de 2005, reuniu-se na sala de reuniões da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühner, com as presenças dos Srs. Deputados Cleiton Kielse, Renato Gaúcho e José Domingos Scarpellini, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na seqüência, o Deputado Francisco Bühner, Presidente da Comissão submeteu à votação o Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relator Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Lúcia Alge de Mello, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
Ana Lúcia Alge de Mello - Secretária

